

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	49.457.271
Preferenciais	18.407.491
Total	67.864.762
Em Tesouraria	
Ordinárias	193
Preferenciais	0
Total	193

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	4.048.671	4.099.054
1.01	Ativo Circulante	1.481.623	1.457.061
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	276.462	272.839
1.01.02	Aplicações Financeiras	822.352	822.352
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	822.352	822.352
1.01.03	Contas a Receber	133.552	86.437
1.01.03.01	Clientes	133.552	86.437
1.01.06	Tributos a Recuperar	140.654	145.659
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	140.654	145.659
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	108.603	129.774
1.01.08.03	Outros	108.603	129.774
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	8.328	8.204
1.01.08.03.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	1.945	1.945
1.01.08.03.04	Superávit - Previdência Privada	63.531	82.966
1.01.08.03.05	Outros Ativos Realizáveis	34.799	36.659
1.02	Ativo Não Circulante	2.567.048	2.641.993
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	152.166	153.772
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.515	2.295
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	65.769	64.164
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.414	4.379
1.02.01.07.02	Tributos a Recuperar	4.414	4.379
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	79.468	82.934
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	38.527	37.845
1.02.01.10.06	Dividendos a Receber	5.456	5.456
1.02.01.10.07	Outros Ativos Realizáveis	35.485	39.633
1.02.02	Investimentos	76.734	88.152
1.02.02.01	Participações Societárias	76.734	88.152
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	76.734	88.152
1.02.03	Imobilizado	2.308.198	2.368.459
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.226.873	2.301.660
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	14.103	14.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	67.222	51.996
1.02.04	Intangível	29.950	31.610
1.02.04.01	Intangíveis	29.950	31.610
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	26.662	28.150
1.02.04.01.03	Direito sobre Autorizações	2.713	2.795
1.02.04.01.05	Direitos de Uso	575	665

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	4.048.671	4.099.054
2.01	Passivo Circulante	334.620	323.710
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.186	11.318
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.740	11.316
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	446	2
2.01.02	Fornecedores	68.114	58.790
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	68.114	58.790
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.031	10.671
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.588	1.483
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8.735	9.099
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	708	89
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.252	53.179
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.145	48.933
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	47.145	48.933
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	4.107	4.246
2.01.05	Outras Obrigações	175.044	173.425
2.01.05.02	Outros	175.044	173.425
2.01.05.02.04	Credores por Perdas Judiciais	18.282	17.564
2.01.05.02.05	Demais Obrigações	3.691	2.994
2.01.05.02.06	Receitas a Apropriar	153.071	152.867
2.01.06	Provisões	16.993	16.327
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.939	14.284
2.01.06.02	Outras Provisões	2.054	2.043
2.01.06.02.04	Provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.054	2.043
2.02	Passivo Não Circulante	2.368.511	2.344.586
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	145.325	155.875
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	134.734	144.769
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	134.734	144.769
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	10.591	11.106
2.02.02	Outras Obrigações	1.777.212	1.735.403
2.02.02.02	Outros	1.777.212	1.735.403
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.618.944	1.580.479
2.02.02.02.03	Credores por Perdas Judiciais	157.588	154.244
2.02.02.02.05	Grupamento de Ações	680	680
2.02.04	Provisões	72.048	70.261
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.145	47.448
2.02.04.02	Outras Provisões	22.903	22.813
2.02.04.02.04	Provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados	22.903	22.813
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	373.926	383.047
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	373.926	383.047
2.03	Patrimônio Líquido	1.345.540	1.430.758
2.03.01	Capital Social Realizado	3.107.339	3.107.339
2.03.02	Reservas de Capital	-111	-111
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-111	-111

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.785.629	-1.709.848
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.941	33.378

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	71.171	67.688
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-123.262	-122.187
3.03	Resultado Bruto	-52.091	-54.499
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.247	7.902
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.889	-7.141
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.551	-15.898
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	50.146	35.532
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20.698	-3.247
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.761	-1.344
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-49.844	-46.597
3.06	Resultado Financeiro	-25.937	-11.035
3.06.01	Receitas Financeiras	24.239	6.200
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.176	-17.235
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-75.781	-57.632
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-75.781	-57.632
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-75.781	-57.632
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,1116	-0,8492
3.99.01.02	PN	-1,1116	-0,8492
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,1116	-0,8492
3.99.02.02	PN	-1,1116	-0,8492

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-75.781	-57.632
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-9.437	5.462
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	-9.657	5.630
4.02.02	Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponível para Venda	0	-168
4.02.03	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	220	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-85.218	-52.170

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.242	-30.423
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.084	16.148
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-75.781	-57.632
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	60.953	62.284
6.01.01.03	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-76	372
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	1.761	1.344
6.01.01.05	Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	38.465	7.354
6.01.01.07	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	101	347
6.01.01.08	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	3.167	2.222
6.01.01.09	Atualização Monetária e Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.431	2.026
6.01.01.10	Atualização Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	7.840	5.821
6.01.01.11	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	-733	-639
6.01.01.13	Despesas Financeiras - Apropriação de Juros a Incurrir CPC 6 (R2)/IFRS16	222	78
6.01.01.14	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-7	-8
6.01.01.15	Receita Diferida - Realização	-9.120	-9.120
6.01.01.16	Encargos Financeiros de Empréstimos e Financiamentos	1.218	1.699
6.01.01.17	Baixa de Ativo Imobilizado	16.643	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.228	-42.136
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-50.282	-23.188
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-73	-46
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	4.970	-1.956
6.01.02.04	Fornecedores	-1.627	-22.141
6.01.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	868	776
6.01.02.08	Outras Contas Ativas e Passivas	3.916	4.419
6.01.03	Outros	-3.614	-4.435
6.01.03.01	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-1.325	-1.699
6.01.03.02	Pagamento de Credores por Acordos Judiciais - Encargos	-1.983	-1.693
6.01.03.04	Pagamento de Lítigios Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-3	-42
6.01.03.05	Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro	-222	-78
6.01.03.06	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	7	8
6.01.03.07	Pagamento de Programa de Indenização por Serviços Prestados	0	-10
6.01.03.08	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos - FINEP	-291	-921
6.01.03.09	Receita Recebida Antecipadamente	203	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.789	-4.990
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-5.789	-4.990
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.170	4.859
6.03.03	Pagamento de Financiamento de Arrendamento Mercantil Financeiro	-1.105	-1.202

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.03.05	Recebimento - Superavit Previdência Privada	22.495	19.434
6.03.06	Pagamento de Credores por Acordos Juciais - Principal	-1.795	-1.720
6.03.07	Pagamento de Empréstimos e Financiamento - Principal	-11.425	-11.653
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.623	-30.554
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	272.839	143.883
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	276.462	113.329

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	3.107.339	-111	0	-1.709.848	33.378	1.430.758
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	3.107.339	-111	0	-1.709.848	33.378	1.430.758
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-75.781	-9.437	-85.218
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-75.781	0	-75.781
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.437	-9.437
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	220	220
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-9.657	-9.657
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	3.107.339	-111	0	-1.785.629	23.941	1.345.540

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.107.339	-111	0	-1.583.029	29.040	1.553.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.107.339	-111	0	-1.583.029	29.040	1.553.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-57.632	5.462	-52.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-57.632	0	-57.632
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.462	5.462
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-168	-168
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	5.630	5.630
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.107.339	-111	0	-1.640.661	34.502	1.501.069

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	117.330	104.844
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	67.134	68.379
7.01.02	Outras Receitas	49.595	34.765
7.01.02.01	Subvenções Recebidas	46.151	34.675
7.01.02.02	Outras Receitas	3.444	90
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.768	3.922
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.167	-2.222
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.824	-50.102
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-47.758	-45.806
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.519	-1.969
7.02.04	Outros	-19.547	-2.327
7.03	Valor Adicionado Bruto	46.506	54.742
7.04	Retenções	-60.953	-62.284
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60.953	-62.284
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-14.447	-7.542
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	39.746	20.484
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.761	-1.344
7.06.02	Receitas Financeiras	24.405	7.123
7.06.03	Outros	17.102	14.705
7.06.03.01	Aluguéis	17.095	14.697
7.06.03.02	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	7	8
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.299	12.942
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.299	12.942
7.08.01	Pessoal	21.331	22.233
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.312	13.534
7.08.01.02	Benefícios	2.796	2.826
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.193	1.269
7.08.01.04	Outros	4.030	4.604
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	3.734	4.025
7.08.01.04.02	Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	101	356
7.08.01.04.03	Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	195	223
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.929	20.765
7.08.02.01	Federais	7.318	8.668
7.08.02.02	Estaduais	9.901	12.314
7.08.02.03	Municipais	710	-217
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.820	27.576
7.08.03.01	Juros	50.176	17.177
7.08.03.02	Aluguéis	5.445	3.659
7.08.03.03	Outras	6.199	6.740
7.08.03.03.02	Seguros	6.199	6.740
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-75.781	-57.632
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-75.781	-57.632

Comentário do Desempenho



Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras

Comentários de Desempenho

1º Trimestre de 2022

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

1º Trimestre de 2022

Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.

Informação Pública - A Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras (B3: TELB3 e TELB4) divulga nesse documento os comentários de desempenho dos resultados do primeiro trimestre do exercício de 2022 (1T22). As informações operacionais, econômicas e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números não consolidados e em Reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1), que tratam das informações contábeis intermediárias. As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração o primeiro trimestre de 2021 (1T21) e o quarto trimestre de 2021 (4T21), exceto quando especificado em contrário.

COVID-19 – IMPACTO NOS NEGÓCIOS E MEDIDAS ADOTADAS PELA COMPANHIA

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes à Covid-19 que possam vir a afetar suas operações. Até o fechamento do primeiro trimestre de 2022, não houve impacto significativo nas operações da Companhia. Entretanto, persistindo as restrições impostas ao comércio e à circulação de pessoas, é possível que as operações sejam impactadas, na medida em que tais limitações dificultem o acesso dos técnicos, o transporte de sobressalentes, insumos necessários às ativações programadas e à manutenção da infraestrutura, em locais dispersos em todo território nacional.

Em complemento, a Companhia vem avaliando seus processos organizacionais e suas funções críticas, como também trabalhando no plano de contingência para a Covid-19, com a finalidade de garantir a conectividade via internet para órgãos de governo e privados. Essas iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério das Comunicações (MCOM), contribuindo com os esforços de toda a população e das autoridades para mitigar os riscos associados a esse cenário.

A Companhia estima um possível aumento na inadimplência de clientes privados e governamentais, estes no caso de imposição de restrições orçamentárias, o que poderá impactar o fluxo de caixa da Companhia.

Com relação ao quadro de pessoal, a Companhia adotou, a partir do mês de março de 2020 e manteve durante o ano de 2021, de forma unilateral e temporária, a alteração do regime de trabalho presencial para o sistema de teletrabalho integral (remoto), salvo aqueles trabalhadores essenciais às atividades da empresa e que não podem exercer suas funções de forma remota. Com o término da vigência da Medida Provisória nº 1046, de 27 de abril de 2021, a realização dos exames médicos clínicos ocupacionais foi reestabelecida a partir de setembro de 2021. As homologações de atestados médicos que ultrapassem 4 dias de afastamento, bem como os atestados em razão da COVID-19 são realizadas administrativamente pelo médico do trabalho, e os demais atestados são encaminhados para homologação presencial. A partir de 1º de dezembro de 2021 foram convocados para o retorno ao trabalho presencial todos os colaboradores ocupantes das funções de confiança de Chefe de Gabinete, Assessor da Presidência, Ouvidor, Gerente, e Coordenador, com exceção das gestantes, tendo em vista a disposição da Lei nº 14.151/2021. As medidas adotadas não impactaram, de forma relevante, as operações da Companhia.

Por oportuno, a Telebras informa que vem monitorando o quadro mundial decorrente da pandemia de Covid-19 e adotando medidas para proteção de seus colaboradores (próprios e terceirizados), bem como na prevenção à disseminação nas regiões onde atua, com a intensificação do trabalho remoto em atividades administrativas e o monitoramento de casos suspeitos, dentre outras ações preventivas.

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

1º Trimestre de 2022

Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.

GESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ESG)

A importância e a relevância das estratégias de Gestão Ambiental, Social e de Governança (ESG), para o alcance, pela Telebras, de seus objetivos corporativos e sociais por intermédio da adoção das melhores práticas nesses temas colaborou para que o Conselho de Administração solicitasse uma análise da perspectiva atual da Telebras sobre o assunto. Tal informação foi apresentada pela Gerência de Integridade, Riscos, Controles Internos e Conformidade em junho de 2021, na qual houve deliberação acerca da atualização "Política Ambiental de Responsabilidade Social" contemplando os aspectos do ESG.

Em decorrência da deliberação, a Gerência de Integridade, Riscos, Controles Internos e Conformidade (GIRC) desenvolveu a Política Ambiental, Social e de Governança (ESG), que tem como objetivos:

- a) Estabelecer princípios e diretrizes orientadores das ações da Telebras no que diz respeito à responsabilidade socioambiental e de governança.
- b) Instituir o desenvolvimento do Programa de ESG da Telebras, com a finalidade de promover a detecção e aprimoramento das práticas relacionadas ao tema na Companhia.
- c) Implementar uma cultura prevencionista do gerenciamento de riscos relacionados às questões ESG necessárias ao atendimento dos objetivos estratégicos da Companhia, e garantir um ambiente de responsabilidade socioambiental e de governança, com forte mobilização e participação ativa dos gestores.
- d) Reforçar, a todos os colaboradores da Companhia, conceitos e princípios que deverão ser adotados relativos à responsabilidade ambiental, social e de governança.

A atualização da Política permitiu à Telebras comunicar o compromisso com um conjunto de ações e práticas que visam educar, informar e preparar todos os membros e agentes para agirem de acordo com os princípios da ESG. Para a promoção eficaz das ações direcionadas ao tema, é imprescindível tornar explícito os princípios, as diretrizes e os principais conceitos relacionados ao tema, visando dirimir os riscos de atitudes não condizentes com os valores da Companhia. A referida Política foi apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em julho de 2021 e publicada em agosto de 2021.

A discussão se aprofundou, com análises por parte da Gerência de Integridade, Riscos, Conformidade e Controle Interno (GIRC), que foram submetidas à Diretoria Executiva, em janeiro de 2022, e ao Comitê de Auditoria Interna da Telebras - em reunião ordinária realizada em janeiro de 2022, na qual aprovou a inclusão do tema Estratégias de Gestão Ambiental, Social e de Governança no conjunto de itens com potencial risco estratégico.

Informamos ainda que a Companhia instituiu, em fevereiro de 2022, o Comitê CESG-Telebras, órgão não regimental de caráter permanente, responsável pela proposição e acompanhamento da implementação de políticas e normas internas referentes às estratégias de Gestão Ambiental, Social e de Governança (ESG), atuando como órgão proponente de políticas de ESG, de assessoramento técnico da Diretoria Executiva da Telebras e de seu Conselho de Administração.

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.**

Em março de 2022, a Companhia trabalhou no desenvolvimento de plano de trabalho, com ações relacionadas às 3 dimensões. A previsão é que o referido plano seja apresentado em abril para a Diretoria Executiva.

DESEMPENHO OPERACIONAL**DADOS FÍSICOS**

Indicadores:	Medida	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Trim.
Banda Larga Ativada Faturada (Média) ¹	Mbps	819.276	507.823	585.428	61,3%	39,9%
Circuitos Vinculados a Geração de Receita	Qtde.	17.199	16.056	15.723	7,1%	9,4%
Circuitos - Programa GESAC Ativos	Qtde.	15.102	12.830	13.485	17,7%	12,0%
Circuitos - Programa GESAC Homologados (MCOM) ²	Qtde.	14.267	12.827	13.420	11,2%	6,3%
Clientes Vinculados a Geração de Receita	Qtde.	101	125	107	-19,2%	-5,6%
Churn ³	%	3,24%	0,24%	4,13%	1.250,0%	-21,5%
ARPU ⁴	R\$ mil	238,8	171,8	207,8	39,0%	14,9%

BANDA ATIVADA

No final do 1T22, o faturamento médio de Banda Larga Ativada e Faturada totalizou 819.279 Mbps (507.823 Mbps no 1T21), um ganho líquido de 311.453Mbps e crescimento de 61,3%, justificado pelo faturamento da DATAPREV, que estava pendente de autorização do Órgão para que o faturamento ocorresse. Com relação ao 4T21 (585.428 Mbps), aumento de 39,9%, ou 233.848Mbps.

CIRCUITOS GERADORES DE RECEITA

O total dos circuitos vinculados à geração de receitas (faturados e não faturados), em março de 2022, atingiu 17.199 circuitos/pontos, crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de 16.056 circuitos/pontos. Na comparação com o 4T21, o indicador apresentou aumento de 9,4%.

CIRCUITOS ATIVOS – PROGRAMA GESAC

No final do 1T22, a Telebras tinha 15.102 circuitos/pontos ativos com conexão satelital (SGDC), em 2.946 municípios, para atendimento ao programa GESAC, gerido pelo MCOM. Do total de circuitos ativos, 14.267 foram homologados pelo gestor do programa e estão gerando receita para a Telebras.

CHURN

O indicador de Churn ao final do 1T22 foi de 3,24%, aumento em relação ao 1T21, que foi de 0,24%.

¹ Média do faturamento do período.

² Ministério das Comunicações.

³ Métrica que indica o quanto a empresa perdeu de clientes em relação ao mês anterior.

⁴ Receita média por cliente no período.

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.****ARPU**

O ARPU médio no 1T22 foi de R\$ 238,8 mil, um aumento de 39,0%, ou R\$ 67,0 mil, na comparação com o mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 171,8 mil. O aumento está ligado, principalmente, à expansão dos serviços gerados a partir do satélite SGDC. Com relação ao 4T21, houve um incremento de 14,9%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Serviços de Comunicação Multimídia	65.767	68.541	84.591	-4,0%	-22,3%
Locação de Capacidade Satelital	9.120	9.120	9.121	0,0%	0,0%
Aluguéis e Locações - Outras	4.032	4.923	4.570	-18,1%	-11,8%
Compartilhamento de Receita	3.943	653	2.633	503,8%	49,8%
Outras Receitas	1.367	-	899	100,0%	52,1%
Receita Operacional Bruta	84.229	83.237	101.814	1,2%	-17,3%
Deduções da Receita	(13.058)	(15.549)	(15.402)	-16,0%	-15,2%
Receita Operacional Líquida	71.171	67.688	86.412	5,1%	-17,6%

No 1T22, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 71,2 milhões, 5,1%, ou R\$ 3,5 milhões superior à receita reconhecida no 1T21, que foi de R\$ 67,7 milhões. Com relação ao 4T21, a receita apresentou redução de 17,6% (R\$ 86,4 milhões), reflexo do reconhecimento do reajuste dos valores do programa Gesac, que foi aplicado de forma retroativa (outubro de 2020 a novembro de 2021) no montante de R\$ 14,0 milhões. O comportamento da receita bruta por produto nos 12M21 em relação aos 12M20 foi o seguinte:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): Apresentou redução de 4,0% na comparação com os 1T21. Na comparação com o 4T21, a receita apresentou redução de 22,3%, explicada pelo reconhecimento do reajuste dos valores do programa Gesac, que foi aplicado de forma retroativa (outubro de 2020 a novembro de 2021) no montante de R\$ 14,0 milhões.

Locação de Capacidade Satelital: este produto permaneceu estável na comparação entre o 1T22 e o 1T21, com receita de R\$ 9,1 milhões.

Aluguéis e Locações – Outras: compreende o aluguel de cabos ópticos, locação de roteadores e aluguel de infraestrutura do segmento satelital (contrato de parceria com a Viasat). No 1T22, a receita reconhecida nessa rubrica totalizou R\$ 4,0 milhões (R\$ 4,9 milhões no 1T21), redução de 18,1%.

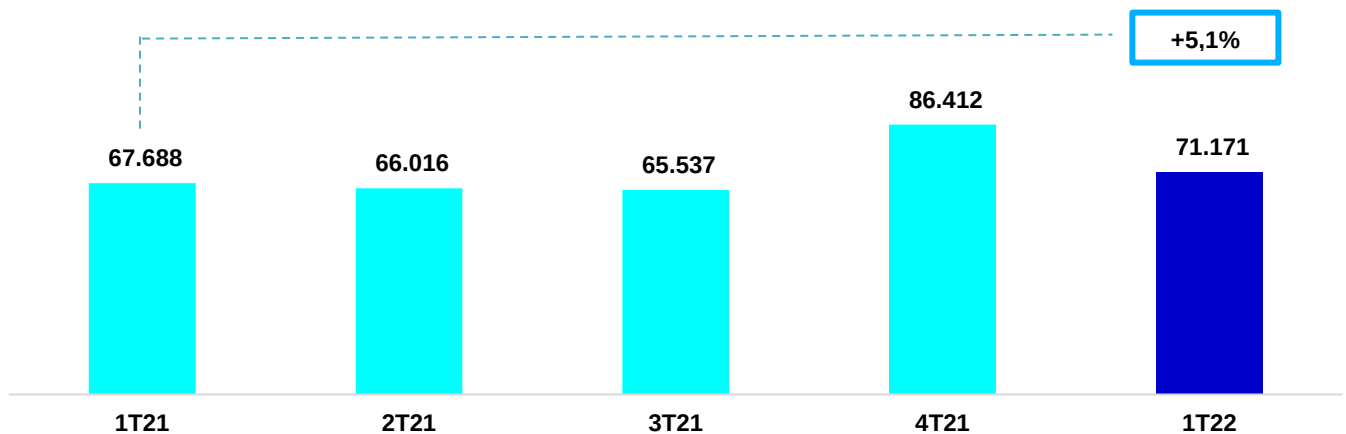
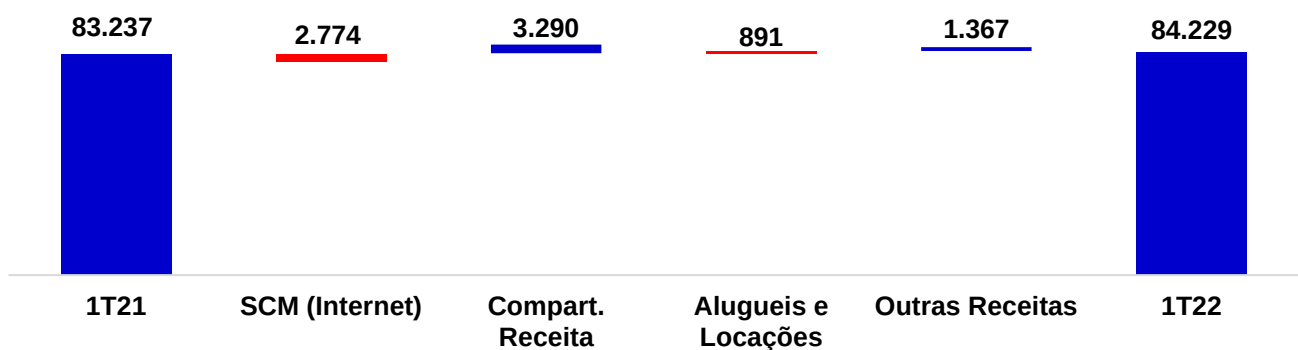
Compartilhamento de Receita: No 1T22, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 3,9 milhões (R\$ 0,7 milhão no 1T21 e R\$ 2,6 milhões no 4T21). O crescimento é explicado pelo maior volume de recursos recebidos da Viasat no período, devido ao crescimento do faturamento da empresa parceira.

Outras Receitas: Representa o valor reconhecido relativo aos serviços prestados de instalação e manutenção do programa Wi-Fi Brasil. O montante reconhecido no 1T22 foi de R\$ 1,4 milhão (R\$ 0,9 milhão no 4T21).

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

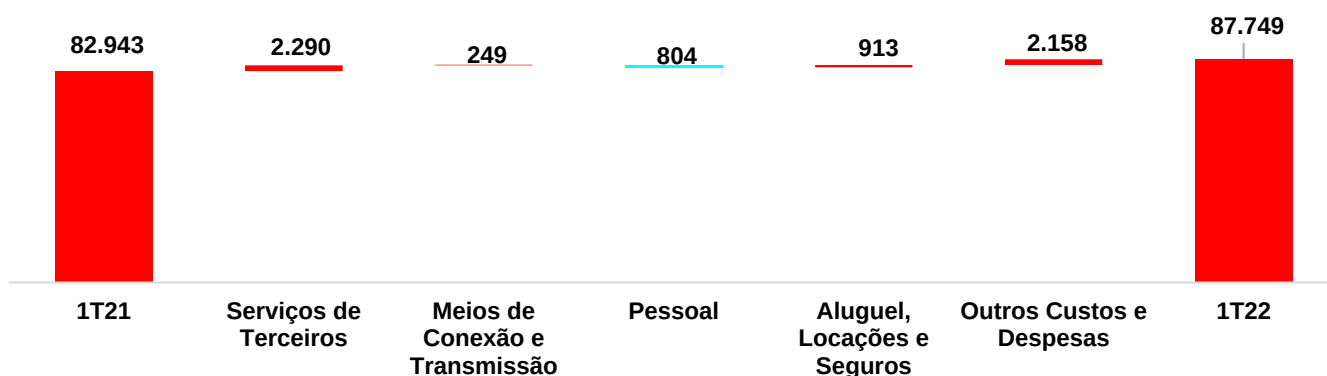
Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.**

No 1T22, as Deduções da Receita Operacional Bruta, que incluem tributos, descontos e cancelamentos sobre a Receita Operacional Bruta, apresentaram redução de 16,0% e 15,2% em relação ao 1T21 e ao 4T21, respectivamente. A diminuição é reflexo da redução do faturamento da receita tributada pelo ICMS (a receita do programa Gesac goza de isenção do ICMS).

COMPORTAMENTO DA RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL – R\$ MIL**EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA 1T21 – 1T22 – R\$ MIL**

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.****CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS VINCULADAS ÀS FUNÇÕES: CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAS E ADMINISTRATIVA (EXCETO DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO)⁵**

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Meios de Conexão e Transmissão	(27.768)	(27.519)	(30.084)	0,9%	-7,7%
Serviços de Terceiros	(22.487)	(20.197)	(22.215)	11,3%	1,2%
Pessoal	(20.424)	(21.228)	(21.659)	-3,8%	-5,7%
Alugueis, Locações e Seguros	(10.813)	(9.900)	(10.310)	9,2%	4,9%
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.167)	(2.222)	820	42,5%	-486,2%
Tributos	(1.169)	(1.189)	(1.113)	-1,7%	5,0%
Materiais	(1.009)	(46)	(2.973)	2093,5%	-66,1%
Compartilhamento de Instalações	(832)	(499)	(938)	66,7%	-11,3%
Prog. Indenização por Serv. Prestados - PISP	(80)	(143)	(134)	-44,1%	-40,3%
Total	(87.749)	(82.943)	(88.606)	5,8%	-1,0%

EVOLUÇÃO 1T21 – 1T22 - R\$ MIL⁶

Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 87,7 milhões no 1T22, crescimento de 5,8% na comparação com o 1T21 (R\$ 82,9 milhões). Com relação ao 4T21, houve uma redução de 1,0% (R\$ 88,6 milhões).

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

MEIOS DE CONEXÃO E TRANSMISSÃO: apresentou estabilidade em relação ao mesmo período do ano anterior. Já com relação ao 4T21, demonstrou uma redução de 7,7%. Os principais componentes dessa rubrica são os custos com Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), que tiveram redução de 9,2%, atingindo R\$ 12,9 milhões (R\$ 14,2 milhões no 1T21) e custos com Backbone, que apresentaram crescimento de 11,8% totalizando R\$ 14,8 milhões (R\$ 13,2 milhões no 1T21).

PESSOAL: A redução de 3,8 % na comparação com o 1T21 é explicada basicamente pela diminuição do quadro de pessoal entre os períodos comparados.

⁵ Custos e Despesas vinculadas às funções: Custo dos Serviços Prestados, Comercialização dos Serviços e Gerais e Administrativas.

⁶ Valores em azul representam redução dos custos/despesas e em vermelho aumento em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.**

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No 1T22, os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram crescimento de 11,3% na comparação com o 1T21. Esse comportamento é justificado basicamente pelos aumentos dos custos com energia elétrica (20,6%) e de manutenção da planta (5,0%).

ALUGUÉIS, LOCAÇÕES E SEGUROS: o crescimento de 9,2% e 4,9% em relação ao 1T21 e 4T21, respectivamente, é basicamente explicado pelo aumento dos custos com locação de equipamentos para operacionalização do satélite, conforme contrato firmado entre a Telebras e a Viasat. No 1T22 esse custo totalizou R\$ 4,5 milhões (R\$ 2,9 no 1T21 e R\$ 4,0 milhões no 4T21).

DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Depreciação e Amortização	(60.953)	(62.283)	(64.895)	-2,1%	-6,1%

A diminuição de 2,1% e 6,1% em relação ao 1T21 e 4T21, é justificado pelas baixas por perdas realizadas no 1T22, no valor contábil de R\$ 16,5 milhões, em consequência do trabalho de inventário dos bens da Companhia.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.761)	(1.344)	(1.776)	31,0%	-0,8%

O Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial no 1T22 reflete a participação da Telebras (49%) no resultado negativo obtido no 1T22 pela Coligada Visiona. Nesse período, a coligada apresentou um prejuízo líquido de R\$ 3,4 milhões (R\$ 2,7 milhões no 1T21 – R\$ 3,6 milhões no 4T21). No 1T22, houve o reconhecimento complementar de Resultado de Equivalência Patrimonial no valor R\$ 61 mil, devido a ajustes no resultado da coligada após o reconhecimento pela Telebras.

OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Outras Receitas Operacionais					
Subvenções Orçamentárias Recebidas (i)	46.151	34.675	74.883	33,1%	-38,4%
Reversão de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	2.942	71	98	4043,7%	2902,0%
Recuperação de Tributos	544	759	594	-28,3%	-8,4%
Outras Receitas Operacionais	509	27	568	1785,2%	-10,4%
Total	50.146	35.532	76.143	41,1%	-34,1%
Outras Despesas Operacionais					
Baixa de Ativos Imobilizado (ii)	(16.643)	-	-	100,0%	100,0%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(2.866)	(443)	(83)	547,0%	3353,0%
Tributos	(954)	(617)	(604)	54,6%	57,9%
Outras Despesas Operacionais	(235)	(2.187)	(220)	-89,3%	6,8%
Total	(20.698)	(3.247)	(907)	537,4%	2182,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	29.448	32.285	75.236	-8,8%	-60,9%

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.**

No 1T22, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo no montante de R\$ 29,4 milhões (R\$ 32,3 milhões no 1T21 e R\$ 75,2 milhões no 4T21). Esse resultado é justificado basicamente pelo reconhecimento das Subvenções Orçamentárias recebidas no período.

i) Subvenções Recebidas: A partir de 1 de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente, e, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal, outros custeios e investimentos. Esses recursos estão sendo reconhecidos pela Companhia com base no CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. No 1T22, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 46,2 milhões (R\$ 34,7 milhões no 1T21), sendo composto da seguinte forma:

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Pessoal	23.509	2.128	32.856	1004,8%	-28,5%
Outros Custeios	16.942	17.985	35.280	-5,8%	-52,0%
Investimentos	5.700	14.562	6.747	-60,9%	-15,5%
Total	46.151	34.675	74.883	33,1%	-38,4%

(ii) Refere-se ao montante do Valor Contábil relativo à baixa de bens do ativo imobilizado, como resultado dos trabalhos de inventário dos bens da Telebras.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Receitas Financeiras					
Juros sobre Disponibilidades	19.030	764	9.008	2390,8%	111,3%
Juros sobre Superavit Previdência Privada	3.060	5.313	3.618	-42,4%	-15,4%
Juros sobre Aplicação Financeira	1.514	172	932	780,2%	62,4%
Juros sobre Tributos	980	(596)	3.501	-264,4%	-72,0%
Juros sobre Depósitos Judiciais	733	639	673	14,7%	8,9%
Juros sobre Contas a Receber	64	237	118	-73,0%	-45,8%
Outras Receitas Financeiras	4	-	-	100,0%	100,0%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(1.146)	(329)	(1.024)	248,3%	11,9%
Total	24.239	6.200	16.826	291,0%	44,1%
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(38.465)	(7.354)	(28.477)	423,0%	35,1%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(7.840)	(5.821)	(6.858)	34,7%	14,3%
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.553)	(1.226)	(1.459)	26,7%	6,4%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(1.218)	(1.898)	(1.421)	-35,8%	-14,3%
VM Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(878)	(800)	(1.100)	9,7%	-20,2%
Juros sobre Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	(222)	(78)	(233)	184,6%	-4,7%
Juros sobre Tributos	-	(58)	(279)	-100,0%	-100,0%
Total	(50.176)	(17.235)	(39.827)	191,1%	26,0%
Resultado Financeiro	(25.937)	(11.035)	(23.001)	135,0%	12,8%

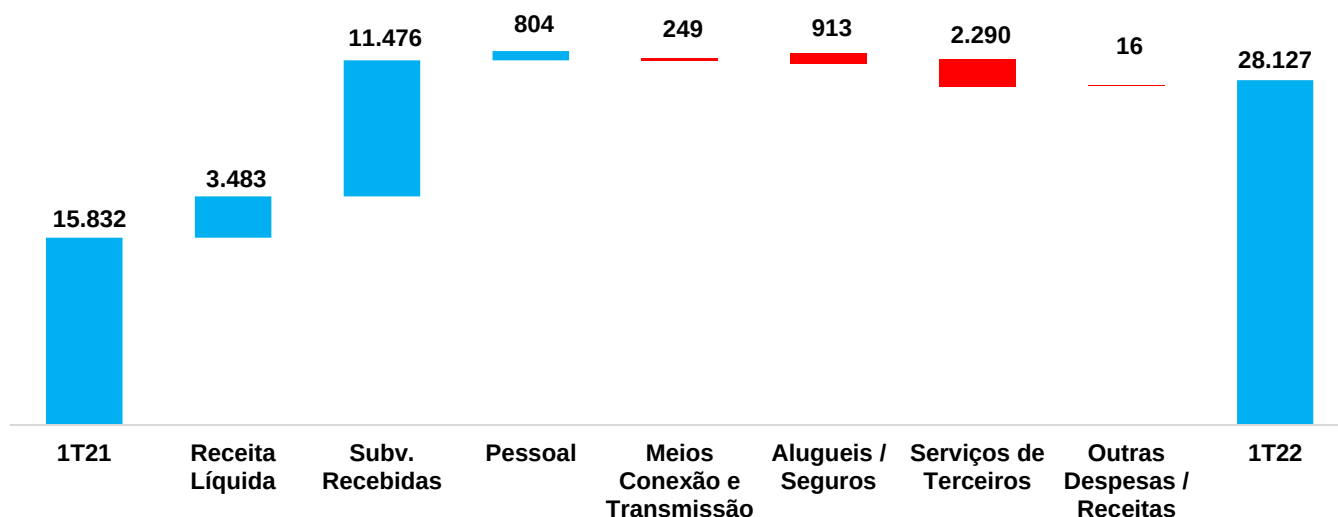
No 1T22, o resultado financeiro foi negativo no montante de R\$ 25,9 milhões (R\$ 11,0 milhões no 1T21 e R\$ 23,0 milhões no 4T21). O resultado é reflexo dos seguintes fatos: i) aumento de 34,7% nos encargos

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.**

relativos às dívidas de Acordos Judiciais (PREVI e FUNCEF) em decorrência do aumento dos índices inflacionários; e ii) crescimento de 423,0% nos juros sobre AFAC⁷ em função do aumento da taxa SELIC. Esses impactos negativos foram parcialmente amortizados pelo aumento dos rendimentos de aplicações financeiras no período, devido à melhora da rentabilidade.

EBITDA (LAJIDA)

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Prejuízo Líquido do Período	(75.781)	(57.632)	(16.630)	31,5%	355,7%
(+/-) Resultado Financeiro	25.937	11.035	23.001	135,0%	12,8%
(+/-) Depreciação e Amortização	60.953	62.283	64.895	-2,1%	-6,1%
EBITDA	11.109	15.686	71.266	-29,2%	-84,4%
Ajustes:					
(+) Equivalência Patrimonial	1.761	1.344	1.776	31,0%	-0,8%
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(1.148)	(1.120)	(1.136)	2,5%	1,1%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(222)	(78)	(233)	184,6%	-4,7%
(-) Ganho sobre Passivos	(16)	-	(43)	100,0%	-62,8%
(+) Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	16.643	-	-	100,0%	100,0%
EBITDA Ajustado	28.127	15.832	71.630	77,7%	-60,7%
Margem EBITDA	15,6%	23,2%	82,5%	-32,6%	-81,1%
Margem EBITDA Ajustado	39,5%	23,4%	82,9%	69,0%	-52,3%

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO: 1T21 – 1T22 – R\$ MIL

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das

⁷ Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.**

Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 1T21, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 28,1 milhões, aumento de 77,7% em relação ao 1T21 (R\$ 15,8 milhões) e redução de 60,7% em comparação ao 4T21 (R\$ 71,6 milhões). O crescimento em relação ao 1T21 é explicado basicamente pelo maior volume de recursos recebidos de Subvenções Orçamentárias (31,1%). Já a redução na comparação com o 4T21, é justificada principalmente pelo reconhecimento de receita retroativa do programa GESAC devido ao reajuste de preços dos serviços.

A Margem EBITDA Ajustada no 1T22 foi de 39,5% (23,4% no 1T21), aumento de 69,0%.

Desconsiderando o efeito das Subvenções Orçamentárias Recebidas (R\$ 46,2 milhões no 1T22 – R\$ 34,7 milhões no 1T21) do cálculo do EBITDA Ajustado, teríamos um EBITDA negativo de R\$ 18,0 milhões (R\$ 18,8 milhões negativo no 1T21), e uma Margem EBITDA Ajustada de -25,3% e -26,5%, respectivamente.

PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO AJUSTADO

R\$ Mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Prejuízo Líquido do Período	(75.781)	(57.632)	(16.630)	31,5%	355,7%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:					
(-) Ganho sobre Passivos	(16)	-	(43)	100,0%	-62,8%
(+) Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	16.643	-	-	100,0%	100,0%
Prejuízo do Período Ajustado	(59.154)	(57.632)	(16.673)	2,6%	254,8%
Margem Líquida	-83,1%	-85,1%	-19,3%	-2,4%	330,8%
Prejuízo por Ação (R\$)	(0,87165)	(0,84922)	(0,24568)	2,6%	254,8%

No 1T22, a Companhia teve um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 59,2 milhões (R\$ 57,6 milhões no 1T21) diminuição de 2,6%. Na comparação com o 4T21 (R\$ 16,7 milhões) o aumento de foi de 254,8%.

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.****OUTROS INDICADORES****ENDIVIDAMENTO****DÍVIDA LÍQUIDA⁸**

R\$ Mil	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2021 ⁹	Δ Trim.	Δ Ano
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	181.879	193.702	253.916	-6,1%	-28,4%
Curto Prazo	47.145	48.933	54.595	-3,7%	-13,6%
Longo Prazo	134.734	144.769	199.321	-6,9%	-32,4%
Arrendamento Mercantil (Leasing)	14.698	15.352	15.726	-4,3%	-6,5%
Curto Prazo	4.107	4.246	3.915	-3,3%	4,9%
Longo Prazo	10.591	11.106	11.811	-4,6%	-10,3%
Credores por Acordos Judiciais - PREVI e FUNCEF	175.870	171.808	179.554	2,4%	-2,1%
Curto Prazo	18.282	17.564	16.964	4,1%	7,8%
Longo Prazo	157.588	154.244	162.590	2,2%	-3,1%
Dívida Bruta	372.447	380.862	449.196	-2,2%	-17,1%
(-) Aplicações Financeiras - (Garantias)	65.769	62.311	62.289	5,5%	5,6%
(-) Caixa Disponível	276.462	143.883	113.329	92,1%	143,9%
Dívida Líquida	30.216	174.668	273.578	-82,7%	-89,0%
EBITDA Anualizado¹⁰	182.930	187.509	130.352	-2,4%	40,3%
Dívida Líquida / EBITDA	0,17	0,93	2,10	-82,3%	-92,1%

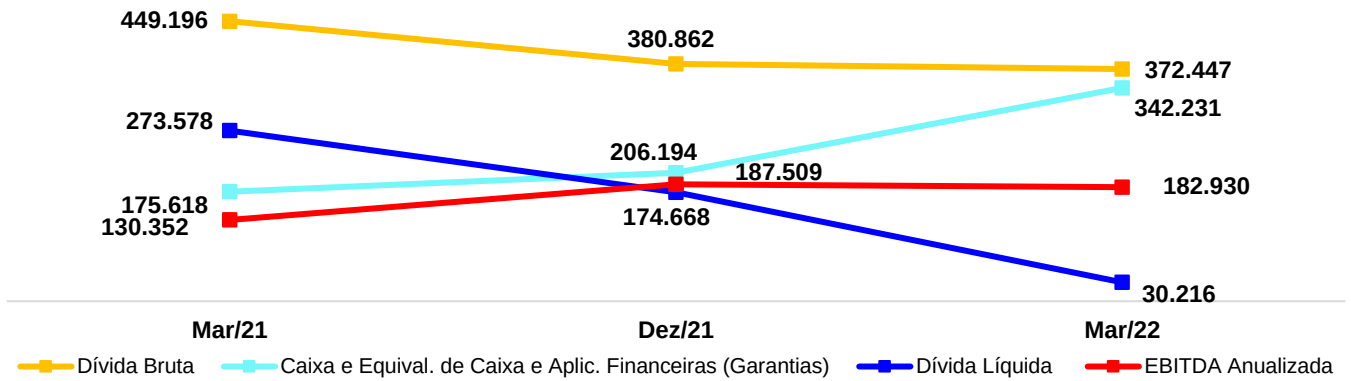
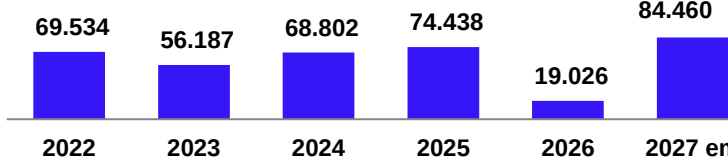
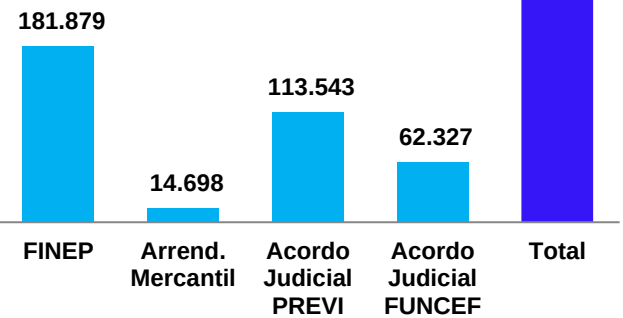
Em março de 2022, a Telebras apresentou dívida líquida no valor de R\$ 30,2 milhões (R\$ 174,7 milhões em dezembro de 2021 e R\$ 273,6 milhões em março de 2021), redução de 82,7% e 89,0%, respectivamente, em relação a dezembro de 2021 e março de 2021. O comportamento é explicado pela diminuição da dívida devido às amortizações e pela melhora das disponibilidades financeiras.

O indicador de Dívida Líquida vezes EBITDA em março de 2022 foi de 0,17 (0,93 em dezembro de 2021 e 2,10 em março de 2021).

⁸ Dívida Líquida= Dívida bruta – (Caixa e Equivalentes de Caixa + Aplicações Financeiras de recursos vinculados a garantias de empréstimos e financiamentos e acordos judiciais firmados com credores).

⁹ A dívida Líquida do mês de março de 2021, foi reapresentada devido à exclusão do valor de R\$ 822,4 milhões (montante relativo aos aportes de AFAC realizados pela União em dezembro de 2019), do cálculo desse indicador em função da impossibilidade de utilização desses recursos para a liquidação dessas dívidas.

¹⁰ EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.****COMPORTAMENTO DOS COMPONENTES DA DÍVIDA LÍQUIDA – R\$ MIL****CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – R\$ MIL****CRONOGRAMA DE PAGAMENTO****COMPOSIÇÃO**

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta - Moeda Nacional - R\$ Mil	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	47.145	35.161	46.881	52.692	-	-	181.879
Arrendamento Mercantil Financeiro	4.107	2.744	3.639	3.464	744	-	14.698
Credores por Acordo Judiciais	18.282	18.282	18.282	18.282	18.282	84.460	175.870
Total	69.534	56.187	68.802	74.438	19.026	84.460	372.447

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022**

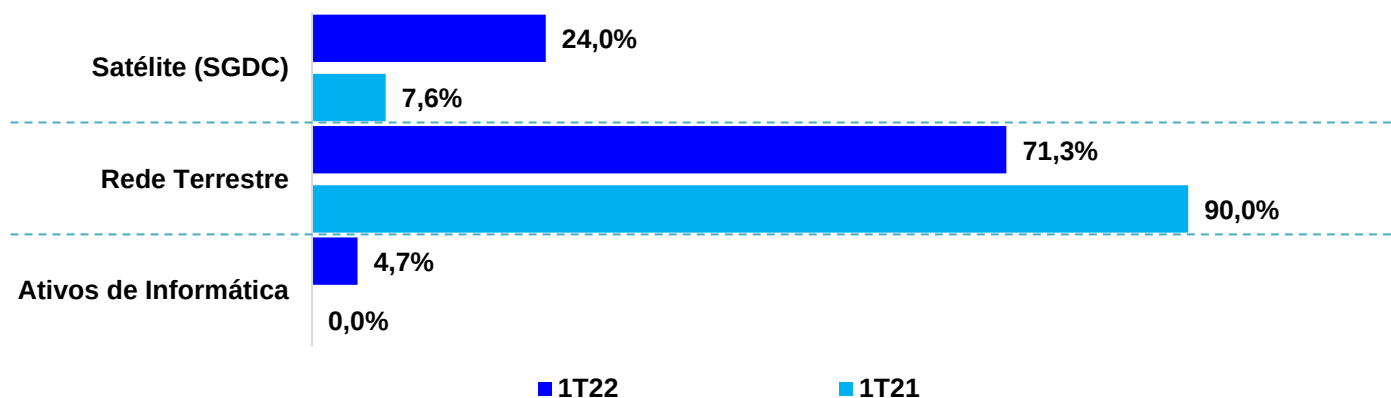
Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ACORDOS DE DÍVIDAS

R\$ mil	31/03/2022		
	Empréstimos e Financiamentos	Arrendamento Mercantil Financeiro	Acordos Judiciais
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2021	193.702	15.352	171.808
Adições		451	
Juros e Variação Monetária do Período	1.218	222	7.840
Juros Pagos	(1.325)	-	(1.983)
Baixa para Resultado do Período	-	(222)	-
Amortizações de principal	(11.425)	(1.105)	(1.795)
Amortização de Compensação Financeira	(291)	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	181.879	14.698	175.870

INVESTIMENTOS EM BENS DE CAPITAL - CAPEX**DISTRIBUIÇÃO DO CAPEX**

R\$ mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.
	1T22	1T21	4T21		
Rede Terrestre	7.872	5.930	2.947	32,7%	167,1%
Satélite SGDC	2.647	499	5.260	430,5%	-49,7%
Ativos de Informática	516	161	1.314	220,5%	-60,7%
Total	11.035	6.590	9.521	67,5%	15,9%



No 1T22, a Telebras realizou investimentos da ordem de R\$ 11,0 milhões (R\$ 6,6 milhões no 1T21), aumento de 67,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O montante investido foi aplicado da seguinte forma: 24,0% no segmento satelital, 71,3% no segmento terrestre e 4,7% em ativos de informática.

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

R\$ mil	Trimestres		
	1T22	1T21	4T21
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	84.229	83.237	101.814
Serviços de Comunicação Multimídia	65.767	68.541	84.591
Locação de Capacidade Satelital	9.120	9.120	9.121
Alugueis e Locações	4.032	4.923	4.570
Compartilhamento de Receita	3.943	653	2.633
Outras Receitas	1.367	-	899
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(13.058)	(15.549)	(15.402)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(13.058)	(15.388)	(15.390)
Descontos Incondicionais	-	(161)	(12)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	71.171	67.688	86.412
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(60.062)	(52.002)	(15.146)
Meios de Conexão	(27.768)	(27.519)	(30.084)
Serviços de Terceiros	(22.487)	(20.197)	(22.215)
Pessoal (Exclui PISP)	(20.424)	(21.228)	(21.659)
Alugueis e Locações	(10.813)	(9.900)	(10.310)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.167)	(2.222)	820
Equivalência Patrimonial	(1.761)	(1.344)	(1.776)
Tributos	(1.169)	(1.189)	(1.113)
Material	(1.009)	(46)	(2.973)
Compartilhamento de Infraestrutura	(832)	(499)	(938)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(80)	(143)	(134)
Outras Despesas Operacionais	(20.698)	(3.247)	(907)
Outras Receitas Operacionais	50.146	35.532	76.143
EBITDA	11.109	15.686	71.266
Margem EBITDA	15,6%	23,17%	82,47%
Depreciação e Amortização	(60.953)	(62.283)	(64.895)
EBIT	(49.844)	(46.597)	6.371
Resultado Financeiro	(25.937)	(11.035)	(23.001)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(75.781)	(57.632)	(16.630)
Quantidade de Ações em Milhares	67.865	67.865	67.865
Prejuízo por Ação (R\$)	(1,1166)	(0,8492)	(0,2450)

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.****BALANÇO PATRIMONIAL**

Balanço Patrimonial - R\$ mil	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2021
Total Ativo	4.048.671	4.099.054	4.173.997
Circulante	1.481.623	1.457.061	1.306.598
Caixa e Equivalentes de Caixa	276.462	272.839	113.329
Contas a Receber de Clientes	133.552	86.437	115.638
Tributos a Compensar/Recuperar	140.654	145.659	138.643
Depósitos Judiciais	8.328	8.204	7.879
Aplicações Financeiras	822.352	822.352	822.352
Superávit - Previdência Privada	63.531	82.966	78.565
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	1.945	1.945	1.945
Outros Ativos Realizáveis	34.799	36.659	28.247
Não Circulante	2.567.048	2.641.993	2.867.399
Aplicações Financeiras	68.284	66.459	64.586
Tributos a Compensar/Recuperar	4.414	4.379	4.822
Superávit - Previdência Privada	-	-	55.092
Dividendos a Receber	5.456	5.456	5.456
Depósitos Judiciais	38.527	37.845	35.641
Outros Ativos Realizáveis	35.485	39.633	34.095
Realizável a Longo Prazo	152.166	153.772	199.692
Investimentos	76.734	88.152	94.370
Imobilizado	2.308.198	2.368.459	2.546.385
Intangível	29.950	31.610	26.952
Total Passivo	4.048.671	4.099.054	4.173.997
Circulante	334.620	323.710	295.658
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	12.186	11.318	13.047
Fornecedores	68.114	58.790	74.340
Tributos Indiretos	11.031	10.671	20.155
Receitas Diferidas	153.071	152.867	96.604
Empréstimos e Financiamentos	51.252	53.179	54.595
<i>Financiamento FINEP</i>	47.145	48.933	50.680
<i>Arrendamento Mercantil Financeiro</i>	4.107	4.246	3.915
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	14.939	14.284	13.205
Credores por Perdas Judiciais	18.282	17.564	16.964
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	2.054	2.043	3.333
Outras Obrigações	3.691	2.994	3.415
Não Circulante	2.368.511	2.344.586	2.377.270
Empréstimos e Financiamentos	145.325	155.875	199.321
<i>Financiamento FINEP</i>	134.734	144.769	187.510
<i>Arrendamento Mercantil Financeiro</i>	10.591	11.106	11.811
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	49.145	47.448	43.336
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	22.903	22.813	26.970
Credores por Perdas Judiciais	157.588	154.244	162.590
Grupamento de Ações	680	680	13.766
Recursos Capitalizáveis - AFAC	1.618.944	1.580.479	1.520.880
Receitas Diferidas	373.926	383.047	410.407
Patrimônio Líquido	1.345.540	1.430.758	1.501.069
Capital Social	3.107.339	3.107.339	3.107.339
Prejuízos Acumulados	(1.785.629)	(1.709.848)	(1.640.661)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.941	33.378	34.502
Ações em Tesouraria	(111)	(111)	(111)

Comentário do Desempenho**Comentários de Desempenho****Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS****1º Trimestre de 2022****Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC**

R\$ mil	Trimestres		
	1T22	1T21	4T21
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(75.781)	(57.632)	(16.630)
Ajustes por:			
Depreciação e Amortização	60.953	62.284	64.895
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(76)	372	(15)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.431	2.026	2.559
Receitas Diferidas - Realizações	(9.120)	(9.120)	(3.417)
Equivalência Patrimonial	1.761	1.344	1.776
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	38.465	7.354	28.753
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos	1.218	1.699	1.419
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	101	347	254
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	7.840	5.821	6.858
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(733)	(639)	(673)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	3.167	2.222	(820)
Despesas Financeiras - Apropriação de Juros a Incorrer - IFRS 16	222	78	233
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(7)	(8)	(62)
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	16.643	-	-
Outras Receitas e Despesas	-	-	(57)
Subtotal	122.865	73.780	101.703
Mutações Patrimoniais:			
Contas a Receber de Clientes	(50.282)	(23.188)	27.635
Tributos a Recuperar	4.970	(1.956)	(15.020)
Depósitos Judiciais	(73)	(46)	(32)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	868	776	(5.521)
Fornecedores	(1.627)	(22.141)	6.700
Outras Contas Ativas e Passivas	3.916	4.419	(22.089)
Subtotal	(42.228)	(42.136)	(8.327)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais			
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	7	8	62
Recebimento de Receitas Diferidas	203	-	102.745
Pagamento por Adesão ao Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	-	(10)	(4.731)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(1.325)	(1.699)	(1.453)
Pagamento de Compensação Financeira - Financiamento FINEP	(291)	(921)	(4.032)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro - IFRS 16	(222)	(78)	(233)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(3)	(42)	(399)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(1.983)	(1.693)	(10.139)
Subtotal	(3.614)	(4.435)	81.820
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	1.242	(30.423)	158.566
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(5.789)	(4.990)	(10.208)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(5.789)	(4.990)	(10.208)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Acordos Judiciais - Principal	(1.795)	(1.720)	(3.818)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	(11.425)	(11.653)	(15.440)
Pagamentos - Financiamento de Arrendamento Mercantil Financeiro - IFRS 16	(1.105)	(1.202)	(1.083)
Recebimento de Parcela de Superávit - Previdência Privada	22.495	19.434	21.694
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	8.170	4.859	1.353
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.623	(30.554)	149.711
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	276.462	113.329	272.839
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	272.839	143.883	123.128
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.623	(30.554)	149.711

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

1º Trimestre de 2022

Valores em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente

LUIS FERNANDO DE FREITAS ASSUMPÇÃO
Diretoria Técnico-Operacional

JARBAS JOSÉ VALENTE
Diretoria Administrativo-Financeira (Interino)

MARCOS BAFUTTO
Diretoria Comercial

JOSÉ MARIA JUNQUEIRA SAMPAIO MEIRELLES
Diretoria de Governança e Relações com Investidores

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA
Contador CRC/DF 008412/0-9

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS**1.1 A Companhia e suas operações**

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis à Companhia.

1.2 Risco de surtos de doenças e epidemias de saúde: Covid-19

Em 2 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto da doença causada por uma nova forma de coronavírus, chamada Covid-19, uma "pandemia" (doença disseminada em todo o mundo, com impacto na sociedade), com casos confirmados em vários países.

A Covid-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros comerciais possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas ou demandadas por autoridades governamentais ou eleitas por empresas como medida preventiva.

A Covid-19 pode ter um efeito adverso nos negócios e dada a incerteza quanto à extensão e época de uma possível disseminação ou sua mitigação futura, bem como à imposição ou relaxamento de medidas de proteção, não é possível estimar razoavelmente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira da Companhia.

1.2.1 Impacto nos negócios e medidas adotadas pela Companhia

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes à Covid-19 que possam vir a afetar suas operações. Até o fechamento do primeiro trimestre de 2022, não houve impacto significativo nas operações da Companhia. Entretanto, persistindo as restrições impostas ao comércio e à circulação de pessoas, é possível que as operações sejam impactadas, na medida em que tais limitações dificultem o acesso dos técnicos, o transporte de sobressalentes, insumos necessários às ativações programadas e à manutenção da infraestrutura, em locais dispersos em todo território nacional.

Em complemento, a Companhia vem avaliando seus processos organizacionais e suas funções críticas, como também trabalhando no plano de contingência para a Covid-19, com a finalidade de garantir a conectividade via internet para órgãos de governo e privados. Essas iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde (MS)

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e do Ministério das Comunicações (MCOM), contribuindo com os esforços de toda a população e das autoridades para mitigar os riscos associados a esse cenário.

A Companhia estima um possível aumento na inadimplência de clientes privados e governamentais, estes no caso de imposição de restrições orçamentárias, o que poderá impactar o fluxo de caixa da Companhia.

Com relação ao quadro de pessoal, a Companhia adotou, a partir do mês de março de 2020 e manteve durante o ano 2021, de forma unilateral e temporária, a alteração do regime de trabalho presencial para o sistema de teletrabalho integral (remoto), salvo aqueles trabalhadores essenciais às atividades da empresa e que não podem exercer suas funções de forma remota. Com o término da vigência da Medida Provisória nº 1046, de 27 de abril de 2021, a realização dos exames médicos clínicos ocupacionais foi reestabelecida a partir de setembro de 2021. As homologações de atestados médicos que ultrapassem 4 dias de afastamento, bem como os atestados em razão da COVID-19 são realizadas administrativamente pelo médico do trabalho, os demais atestados são encaminhados para homologação presencial. A partir de 1º de dezembro de 2021 foram convocados para o retorno ao trabalho presencial todos os colaboradores ocupantes das funções de confiança de Chefe de Gabinete, Assessor da Presidência, Ouvidor, Gerente e Coordenador, com exceção das gestantes, tendo em vista a disposição da Lei nº 14.151/2021. As medidas adotadas não impactaram, de forma relevante, as operações da Companhia.

Por oportuno, a Telebras informa que vem monitorando o quadro mundial decorrente da pandemia de Covid-19 e adotando medidas para proteção de seus colaboradores (próprios e terceirizados), bem como na prevenção à disseminação nas regiões onde atua, com a intensificação do trabalho remoto em atividades administrativas e o monitoramento de casos suspeitos, dentre outras ações preventivas.

1.3 Inclusão da Telebras nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e classificação da Companhia como uma estatal dependente a partir do exercício de 2020.

Em 8 de agosto de 2019, a Telebras recebeu ofício da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia (ME), informando que seria incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União a partir do exercício de 2020.

Em 15 de agosto de 2019, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) informou que a Telebras havia sido incluída, pelo ME, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. A justificativa para a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) se deveu à classificação da Telebras como uma empresa estatal dependente do OFSS para o exercício de 2020 e que esta inclusão já constava no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento ("SIOP"), referente ao PLOA de 2020.

Ainda, como consequência desse fato, foi solicitado pela SEST que a Companhia realizasse a avaliação da conveniência e oportunidade de realizar o fechamento do capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais
Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Telebras em 15 de agosto de 2019 apresentou nos autos do processo TC 007.142/2018-8 uma peça ao Tribunal de Contas da União (TCU), na qual requereu, além de seu ingresso no processo, que fosse esclarecido à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à SEST que, na tomada de decisão quanto à dependência da Telebras, avaliasse os impactos com tempo razoável antes de qualquer enquadramento, de forma a tomar uma decisão bem-informada. A Telebras foi admitida como *amicus curie*, entretanto, até o momento, não houve resposta daquela Corte de Contas.

Também, em 23 de agosto de 2019, a Telebras encaminhou uma carta ao Secretário Executivo da SEST, chamando a atenção para a ausência de ato administrativo declaratório e requerendo nova consideração dos impactos decorrentes da transformação da Telebras em estatal dependente já para o exercício de 2020.

Diante da impossibilidade de fechamento do capital da Telebras, previamente ao status de dependência, a Telebras encaminhou ao MCTI um comunicado, datado de 25 de outubro de 2019, que tratava de avaliar a configuração da Companhia como estatal dependente, bem como o fechamento de seu capital, a partir do exercício de 2020, mediante um cronograma para a implantação de fases e procedimentos que tornassem a Empresa Estatal Dependente, considerando, ainda, que estudos estão sendo realizados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI).

No âmbito desse processo, encaminhado pelo MCTI ao ME, a Telebras enviou consulta ao controlador, a União, acerca de eventual intenção de fechar o capital da Companhia, pois, em uma análise preliminar, foi verificado que eventual fechamento deve ser precedido por uma oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, nos termos do § 4º do artigo 4º da Lei nº 6.404/76.

A referida oferta pode ser feita pela própria Companhia ou por seu controlador, sendo que no caso de a formulação da oferta pública de aquisição ser feita pela Companhia, esta deve possuir saldo de lucros ou reservas suficientes para a operação (alínea 'b' do § 1º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76).

Em virtude de a Telebras, até a presente data, não possuir os referidos recursos, a decisão por eventual fechamento de capital somente poderá ser efetivada mediante deliberação do acionista controlador a quem caberá formular a oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado.

Em 17 de janeiro de 2020 foi sancionada a Lei nº 13.978 (Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2020), a qual incluiu a Telebras no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a definição de empresa estatal dependente é uma empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

A Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 (Lei Orçamentária Anual), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021, manteve a Telebras no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social na condição de empresa estatal dependente.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais
Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.4 Inclusão da Telebras no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Em 29 de agosto de 2019 foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução nº 27, de 21 de agosto de 2019, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. A Resolução formaliza a decisão do Conselho no Programa de Parcerias de Investimentos, ocorrida em sua 10ª reunião, de opinar pela qualificação da Telebras para estudos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A Resolução submete ao Presidente da República a deliberação pela qualificação da Telebras no âmbito do PPI.

A qualificação da Telebras tem a finalidade de estudar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como propor ganhos de eficiência e resultado para a Companhia, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira.

1.5 Adequação da Telebras à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A implantação da LGPD na Companhia é objeto de acompanhamento pelo Comitê de Auditoria (COAUD) desde agosto de 2019 quando, sob supervisão da Diretoria de Governança e de Relações com Investidores, foi designado um Grupo de Trabalho Multidisciplinar, que apresentou avaliação diagnóstica e proposta de adequação da Telebras à LGPD.

Em decorrência deste trabalho, foi instituído o Projeto de Implementação da LGPD na Telebras, cujos desdobramentos incluem o Relatório de Gestão de Riscos Associados à LGPD, a publicação de Cartilha Explicativa para o público interno, a designação de Encarregado (DPO) e do Comitê de Governança de Dados Pessoais (CGDP).

As principais atividades realizadas pela Companhia, visando adequá-la à referida lei foram as seguintes:

- i) aprovação, pelos Diretores da Companhia, da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) e previsão de apreciação pelo Conselho de Administração em janeiro de 2022;
- ii) atualização da avaliação de riscos relacionados à LGPD;
- iii) realização do mapeamento do fluxo geral de tratamento de dados pessoais da Telebras, contemplando os ciclos de tratamento, de governança e gestão de incidentes;
- iv) realização de capacitação para todos os colaboradores com o curso de Introdução à LGPD, ministrado pela ENAP, e para os colaboradores diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais com o curso de Proteção de Dados Pessoais no Setor Público, também realizado pela ENAP;
- v) realização do projeto de desenvolvimento de ferramenta de Gestão Integrada de Dados Pessoais, com prazo de conclusão em dezembro de 2022; esse projeto encontra-se atualmente na fase de definição de requisitos; e

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

vi) instituição de Comitê com a finalidade de adequar a Telebras, de forma a atender às normas que tratam da restrição de acesso a documentos e informações e realizar as ações necessárias a essa adequação normativa para que a Companhia esteja apta a gerir o conjunto documental de caráter sigiloso, que inclui o trato de informações pessoais.

1.6 Autorização para aumento de capital da Companhia

Em 14 de abril de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 11.046, de 13 de abril de 2022, que autoriza o aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 367.159, relativos aos Adiantamentos para Futuro aumento de Capital realizados pela União. A partir da publicação do decreto, o Conselho de Administração da Companhia irá se reunir em data a ser definida para avaliar as condições do aumento de capital autorizado.

1.7 Assinatura de Memorando de Entendimento – Telebras e Viasat

Em 16 de fevereiro de 2022, a Companhia assinou Memorando de Entendimento com as empresas Viasat Brasil Serviços De Comunicações Ltda e Viasat Inc.

A partir da assinatura do Memorando de Entendimento, as empresas firmam o compromisso de: explorar possibilidades de conectar via satélite regiões não atendidas por outras tecnologias; investigar tecnologias voltadas para a implementação de serviços de telemedicina via satélite em áreas rurais e/ou de difícil acesso; examinar oportunidades de aplicação de soluções completas em telemedicina para postos de saúde; estudar oportunidades de uso dos satélites da constelação Viasat 3 para persecução do atendimento de Políticas Públicas voltadas à conexão de escolas; explorar oportunidades de colaboração no desenvolvimento e construção de futuros satélites; e, explorar oportunidades para a criação de novos postos de trabalho voltados à indústria espacial brasileira.

1.8 Gestão Ambiental, Social e de Governança (ESG)

A importância e a relevância das estratégias de Gestão Ambiental, Social e de Governança (ESG), para o alcance, pela Telebras, de seus objetivos corporativos e sociais por intermédio da adoção das melhores práticas nesses temas colaborou para que o Conselho de Administração solicitasse uma análise da perspectiva atual da Telebras sobre o assunto. Tal informação foi apresentada pela Gerência de Integridade, Riscos, Controles Internos e Conformidade em junho de 2021, na qual houve deliberação acerca da atualização "Política Ambiental de Responsabilidade Social" contemplando os aspectos do ESG.

Em decorrência da deliberação, a Gerência de Integridade, Riscos, Controles Internos e Conformidade (GIRC) desenvolveu a Política Ambiental, Social e de Governança (ESG), que tem como objetivos:

- a) Estabelecer princípios e diretrizes orientadores das ações da Telebras no que diz respeito à responsabilidade socioambiental e de governança.
- b) Instituir o desenvolvimento do Programa de ESG da Telebras, com a finalidade de promover a detecção e aprimoramento das práticas relacionadas ao tema na Companhia.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Implementar uma cultura prevencionista do gerenciamento de riscos relacionados às questões ESG necessárias ao atendimento dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir um ambiente de responsabilidade socioambiental e de governança, com forte mobilização e participação ativa dos gestores.

d) Reforçar, a todos os colaboradores da Companhia, conceitos e princípios que deverão ser adotados relativos à responsabilidade ambiental, social e de governança.

A atualização da Política permitiu à Telebras comunicar o compromisso com um conjunto de ações e práticas que visam educar, informar e preparar todos os membros e agentes para agirem de acordo com os princípios da ESG. Para a promoção eficaz das ações direcionadas ao tema, é imprescindível tornar explícito os princípios, as diretrizes e os principais conceitos relacionados ao tema, visando dirimir os riscos de atitudes não condizentes com os valores da Companhia. A referida Política foi apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração em julho de 2021 e publicada em agosto de 2021.

A discussão se aprofundou, com análises por parte da Gerência de Integridade, Riscos, Conformidade e Controle Interno (GIRC), que foram submetidas a Diretoria Executiva, em janeiro de 2022, e ao Comitê de Auditoria Interna da Telebras em reunião ordinária realizada em janeiro de 2022, na qual aprovou a inclusão do tema Estratégias de Gestão Ambiental, Social e de Governança no conjunto de itens com potencial risco estratégico.

Informamos ainda que a Companhia instituiu, em fevereiro de 2022, o Comitê C ESG-Telebras, órgão não regimental de caráter permanente, responsável pela proposição e acompanhamento da implementação de políticas e normas internas referentes às estratégias de Gestão Ambiental, Social e de Governança (ESG), atuando como órgão proponente de políticas de ESG, de assessoramento técnico da Diretoria Executiva da Telebras e de seu Conselho de Administração.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais.

2.1 Base de preparação

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nº 21 (R1), que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais
Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis Anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, arquivadas em 18 de março de 2022 na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas adotadas e apresentadas nas Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 11 de maio de 2022.

2.2 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das informações contábeis intermediárias, é o Real (R\$).

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No trimestre findo em 31 de março de 2022, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia.

3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**3.1. Fatores de risco**

A administração tem total responsabilidade pelo estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1. Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os níveis de capital de giro líquido.

3.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1. Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: notificações de débito e de cobrança, política de negociação de débitos, interrupção dos serviços e negativação do cliente, inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, e cobrança Judicial.

3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é gerido pela Administração da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005, do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Possíveis reduções são detectadas com antecedência, permitindo que a Companhia adote medidas visando mitigar o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Passivos Financeiros não Derivativos	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	68.114	68.114	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	181.879	47.145	82.042	52.692	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	14.698	4.107	6.383	4.058	150
Credores por Perdas Judiciais – FUNCEF	62.328	5.666	11.332	16.999	28.331
Credores por Perdas Judiciais – PREVI	113.542	12.616	25.232	37.848	37.846
Total	440.561	137.648	124.989	111.597	66.327

3.1.4. Risco de mercado**3.1.4.1. Risco de taxa de juros**

Consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, sejam corrigidos com taxas prefixadas.

As principais rubricas das informações contábeis intermediárias sujeitas a risco de taxa de juros são: caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros, pois são devido às limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.284/2005, para aplicação de recursos disponíveis para investimentos, tornando a exposição da Companhia para este tipo de risco baixo. Os investimentos financeiros são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.5. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, como também a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração é gerenciar o risco operacional, para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, além de buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*backbone*), visando aumentar sua área de atuação, bem como a carteira de clientes

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

corporativos. Além da rede terrestre, a Telebras também viabilizou o segmento satelital com a utilização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o qual potencializado à geração de receita através da prestação de serviços neste segmento.

Todas essas ações aliadas às de marketing têm por objetivo proporcionar à Telebras o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um *backbone* nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da Companhia.

3.2. Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois, quanto aos demais, entende-se que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, conforme exposto nos itens acima.

Dessa forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Administração estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2022, o INPC será de 4,60%, conforme projeção divulgada em publicação do IPEA – Carta de Conjuntura 54 – Nota Conjunta 15 do primeiro trimestre de 2022. Assim, foi realizada análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados - 31/03/2023		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			5,50%	6,88%	8,25%
Credores por Perdas Judiciais					
PREVI	INPC	113.542	119.787	121.348	122.909
FUNCEF	INPC	62.328	65.756	66.613	67.470
Passivo Exposto		175.870	185.543	187.961	190.379
Efeito da Variação do INPC			(9.673)	(12.091)	(14.509)

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4), Contas a receber de clientes (nota explicativa 5), Aplicações financeiras (nota explicativa 11), Superávit – Previdência Privada (nota explicativa 8), Dividendos a receber (nota explicativa 10), Fornecedores (nota explicativa 18), Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 23.1), Operações de Arrendamento Mercantil (nota explicativa 23.2) e Credores por Perdas Judiciais (nota explicativa 21), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do período ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

3.3.1. Ativos financeiros**3.3.1.1. Classificação, reconhecimento, mensuração e baixas**

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Telebras se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados, quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.3.1.2. Categorias**3.3.1.2.1. Custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia, (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros classificados pelo custo amortizado compreendem o saldo de Contas a Receber de Clientes (Nota Explicativa 5), Superávit – Previdência Privada (Nota Explicativa 8), Dividendos a Receber (Nota Explicativa 10) e Aplicações Financeiras (Nota Explicativa 11). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.

3.3.1.2.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual, quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais em que, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes são classificados nessa categoria.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Essa categoria é composta pelo saldo de Aplicações Financeiras representadas por títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia, que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 11). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.3.1.2.3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, incluindo os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

3.3.2. Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

3.3.3. Passivos financeiros

A nova norma (CPC 48/IFRS 9) não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em Outros Resultados Abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 23.1), Operações de Arrendamento Mercantil (Nota Explicativa 23.2), fornecedores (Nota Explicativa 18) e outras contas a pagar.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.3.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3.4.1. Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas (quando couber), ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas (quando couber) devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus Equivalentes de caixa (Aplicações financeiras de liquidez imediata) pelo seu valor justo. Esses Equivalentes de caixa são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Instrumentos Financeiros:	Avaliação	Hierar- quia do Valor justo	31/03/2022		31/12/2021	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	VJR (i)	Nível 2	46.835	46.835	26.411	26.411
Caixa e Bancos	VJR (i)	Nível 1	229.627	229.627	246.428	246.428
Custo Amortizado						
Contas a Receber	Custo Amortizado		133.552	133.552	86.437	86.437
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		5.456	5.456	5.456	5.456
Superávit – Previdência Privada	Custo Amortizado		63.531	63.531	82.966	82.966
Aplicações Financeiras – Garantia e outros	Custo Amortizado		888.121	888.121	886.516	886.516
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes						
Aplicações Financeiras (Ações)	VJORA (ii)	Nível 1	2.515	2.515	2.295	2.295
Passivos Financeiros						
Custo Amortizado						
Fornecedores	Custo Amortizado		68.114	68.114	58.790	58.790
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	Custo Amortizado		181.879	181.879	193.702	193.702
Financiamento - Arrendamento Mercantil Financeiro (iii)	Custo Amortizado		14.698	14.698	15.352	15.352
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		175.870	175.870	171.808	171.808

(i) VJR – Valor justo por meio do resultado.

(ii) VJORA – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Valor líquido dos Juros a Incorrer no valor de R\$ 1.716.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Limite de Saque com Vinculação de Pagamentos	229.292	246.372
Aplicações Financeiras	46.835	26.411
Caixa e Banco Conta Movimento	335	56
Total	276.462	272.839

4.1. Limite de saque com vinculação de pagamentos

Nesta conta é registrado o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira (COFIN) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para atender às despesas com vinculações de pagamentos, sendo então divididas nas seguintes categorias: Categoria de Gasto com Pessoal e Encargos Sociais, Categoria de Gasto com Custeio/Investimento e Categoria de Gasto com Investimentos (Obras).

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A função da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento é registrar o valor do limite de saque da Conta Única da União, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira para atender às despesas com vinculação de pagamentos que foram processadas e liquidadas, conforme processamento no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A utilização desta conta pela Telebras surgiu devido à condição de a Companhia ter se tornado uma Empresa Estatal Dependente, conforme divulgado na Nota Explicativa 1.3.

4.2. Aplicações financeiras

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005, do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF, Extra Comum.

Os fundos possuem prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da Companhia, e as remunerações são atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 5,18% a.a.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Serviço de Comunicação e Multimídia / Aluguéis e Locações e Outros	141.609	91.327
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	22.437
Total a Receber Bruto	164.046	113.764
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(30.494)	(27.327)
Total a Receber Líquido	133.552	86.437

i) Trata-se de contas a receber, referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações, nº 10/2013-MC, cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras. Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia incluiu o valor deste Contas a Receber na estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, por entender que não há certeza razoável quanto ao recebimento do valor.

5.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
A vencer (Faturados e Não Faturados)	93.978	70.950
Vencidos	70.068	42.814
Até 30 dias	16.097	5.398
31 a 60 dias	10.914	1.727
61 a 90 dias	3.323	604
91 a 120 dias	2.777	145
121 a 150 dias	1.481	70
151 a 180 dias	465	1.084
Acima de 180 dias	35.011	33.786
Contas a Receber – Bruto	164.046	113.764
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(30.494)	(27.327)
Contas a Receber – Líquido	133.552	86.437

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía valores a receber de Entidades do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

5.2. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia reconhece o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado.

A composição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com o critério de constituição, é apresentada a seguir:

Faixas de Vencimentos	Valor a Receber sem Exclusões	Exclusões da Base de Cálculo		Valor a Receber após Exclusões	% Inadimplência por Faixa	Valor da PECLD
		Parceiros (i)	Glosa MCom (*)			
Não Faturado	71.693	(2.288)	-	69.405	3,25%	2.256
A Vencer	20.019	-	-	20.019	3,25%	651
Até 30 dias	16.097	(1.149)	-	14.948	3,25%	486
De 31 a 60 dias	10.914	(2.635)	-	8.279	11,10%	919
De 61 a 90 dias	3.323	-	-	3.323	18,17%	604
De 91 a 120 dias	2.777	(1.018)	-	1.759	24,94%	439
De 121 a 150 dias	1.481	(1.077)	-	404	43,80%	177
De 151 a 180 dias	465	(270)	-	195	60,66%	118
+ de 180 dias (2)	35.011	(9.242)	(22.437)	3.332	72,27%	2.407
Totais	161.780	(17.679)	(22.437)	121.664		8.057
Acréscimo PECLD - Glosa Ministério da Comunicações						
Copa 2014 (ii)						22.437
Total PECLD						30.494

(*) Ministério das Comunicações

(i) Valor excluído da base de cálculo está relacionado a operações de permutas não monetárias realizadas entre a Telebras e seus parceiros.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(ii) Valor relativo ao contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações (Nota Explicativa 5(i)).

A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, no trimestre findo em 31 de março de 2022, é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.327
Constituição de PECLD no período	3.167
Saldo em 31 de março de 2022	30.494

6. TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar	38.617	41.278
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	36.379	36.722
Programa de Integração Social - PIS	7.895	7.969
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	7.931	7.599
Instituto Nacional de Previdência Social – INSS	36	28
Tributos Federais:	90.858	93.596
ICMS a Recuperar	54.210	56.442
Tributos Estaduais:	54.210	56.442
Total	145.068	150.038
Circulante	140.654	145.659
Não Circulante	4.414	4.379

6.1. Movimentação do período

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos tributos a compensar e/ou a recuperar no trimestre findo em 31 de março de 2022.

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Ocorrências no Período						Saldo em 31 de março de 2022
		Adições / Retenções	Transferências	Compensação de Pagamentos	Pgtos a Maior / Indevidos	Atual. Monetária	Baixa para Resultado	
Pagamento a maior ou Indevido	1	-	-	-	-	-	-	1
Retenções de Órgãos Públicos	14.870	1.132	-	-	-	-	-	16.002
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.408	(1.544)	-	-	-	-	-	3.864
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	21.000	-	-	(2.662)	-	413	-	18.751
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.715	-	-	-	-	-	-	36.715
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	(172.263)
Subtotal - Imposto de Renda	41.278	(412)	-	(2.662)	-	413	-	38.617
Retenções de Órgãos Públicos	3.097	236	-	-	-	-	-	3.333

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Ocorrências no Período						Saldo em 31 de março de 2022
		Adições / Retenções	Transferências	Compensação de Pagamentos	Pgtos a Maior / Indevidos	Atual. Monetária	Baixa para Resultado	
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	4.502	-	-	-	-	96	-	4.598
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	(62.015)
Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	7.599	236	-	-	-	96	-	7.931
Retenções de Órgãos Públicos	7.897	-	-	(158)	-	84	-	7.823
Retenções sobre Serviços	72	30	-	(30)	-	-	-	72
Retenções sobre Ativo Imobilizado	-	66	-	(66)	-	-	-	-
Subtotal - PIS	7.969	96	-	(254)	-	84	-	7.895
Pagamento a maior ou Indevido	1	-	-	-	-	-	-	1
Retenções de Órgãos Públicos	36.417	-	-	(730)	-	387	-	36.074
Retenções sobre Serviços	304	140	-	(140)	-	-	-	304
Retenções sobre Ativo Imobilizado	-	305	-	(305)	-	-	-	-
Subtotal - Cofins	36.722	445	-	(1.175)	-	387	-	36.379
Pagamento a maior ou Indevido	28	8	-	-	-	-	-	36
Subtotal - INSS	28	8	-	-	-	-	-	36
Pagamento a maior ou Indevido	3.527	-	-	(100)	39	-	(339)	3.127
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	16.131	4.842	-	(4.911)	-	-	-	16.062
Sobre Aquisições do Imobilizado	36.654	1.114	1	(2.726)	-	-	(158)	34.885
Outras - Operações	130	6	-	-	-	-	-	136
Subtotal - ICMS	56.442	5.962	1	(7.737)	39	-	(497)	54.210
TOTAL	150.038	6.335	1	(11.828)	39	980	(497)	145.068

6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

Composição:	31/03/2022		31/03/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Reapresentação	
			Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IRPJ e da CSLL	(75.781)	(75.781)	(57.632)	(57.632)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	(3.824)	(3.824)	(13.232)	(13.232)
Adições permanentes	3.213	3.213	1.379	1.379
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.761	1.761	1.344	1.344
Depreciação - Arrendamento Mercantil (Direito de Uso)	1.148	1.148	-	-
Despesas Financeiras Arrend. Mercantil (Direito de Uso)	222	222	-	-
Outras Adições	82	82	35	35
Exclusões permanentes	(7.037)	(7.037)	(14.611)	(14.611)
Subvenções Recebidas - Investimentos	(5.700)	(5.700)	(14.562)	(14.562)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(3)	(3)	(41)	(41)
Dividendos Recebidos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(7)	(7)	(8)	(8)

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Composição:	31/03/2022		31/03/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Reapresentação	
			Imposto de Renda	Contribuição Social
Pagamento Contraprestação Arrend. Mercantil (Direito de Uso)	(1.327)	(1.327)	-	-
Adições/(Exclusões) Temporárias:	9.020	9.020	(1.356)	(1.356)
Adições temporárias:	11.962	11.962	(1.285)	(1.285)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.297	5.297	2.468	2.468
Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	101	101	347	347
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	3.167	3.167	2.222	2.222
Provisões – Custeios	3.397	3.397	(6.322)	(6.322)
Exclusões temporárias:	(2.942)	(2.942)	(71)	(71)
Reversão de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.942)	(2.942)	(71)	(71)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	(70.585)	(70.585)	(72.220)	(72.220)

6.3. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e resultado ajustado negativo de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, até que passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Composição:	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/03/2022	31/12/2021 Reapresentação	31/03/2022	31/12/2021 Reapresentação
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	16.021	15.433	5.768	5.556
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	7.623	6.832	2.744	2.459
Provisão PISP	6.239	6.214	2.246	2.237
Provisões - Custeio	9.631	8.782	3.467	3.161
Prejuízo fiscal/Resultado Ajustado Negativo de CSLL	580.381	580.381	206.915	206.915
Total	619.895	617.642	221.140	220.328

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e o resultado ajustado negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.

A Companhia está reapresentando os valores relativos ao prejuízo fiscal e resultado ajustado Negativo de CSLL devido à exclusão dos valores recebidos a título de Subvenções para Investimentos no primeiro trimestre de 2021 e que não foi objeto de exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL naquele ano.

6.4. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins

A Telebras, acompanhando as discussões em torno da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/Cofins, discutida no Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, RE 574.706, ajuizou ação de rito comum ordinário, em face da Fazenda Nacional, para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica obrigacional tributária da Telebras de recolher PIS e Cofins sobre os valores de ICMS, desobrigando-se ao recolhimento das referidas contribuições sobre

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

o imposto estadual. Pleiteou, ainda, a restituição e a compensação dos pagamentos efetuados indevidamente nos últimos 05 (cinco) anos, devidamente atualizados/corrigidos pela taxa Selic.

O processo foi distribuído para a 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, sob nº 1010276-63.2018.4.01.3400.

Foi proferida sentença favorável à Telebras, na qual foram julgados procedentes os pedidos para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que autorize a incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, assim como para condenar a Fazenda Nacional a restituir, via compensação ou repetição, os valores indevidamente recolhidos a esse título nos 05 (cinco) anos que antecedem o ajuizamento da ação. Salienta-se que os juros de mora e a correção monetária tomarão como índice exclusivo a taxa Selic, que deve incidir a partir da data de cada pagamento indevido.

A Fazenda Nacional apelou e o processo foi remetido para o TRF da 1ª Região, no qual foi distribuído para a 8ª Turma, Relator Desembargador Federal Novély Vilanova.

O processo teve decisão monocrática, no qual o Relator deu provimento parcial à apelação da Fazenda Nacional para que: (i) a repetição/compensação do indébito (ICMS destacado na nota fiscal) se proceda a partir de 15 de março de 2017; e (ii) a compensação do indébito observe a lei vigente na data em que for efetivada, após o trânsito em julgado. A decisão do Relator seguiu a modulação dos efeitos do julgado definido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos Embargos de Declaração do RE nº 574.706-PR. A decisão do TRF1ª Região transitou em julgado. O processo retornou à 3ª Vara Federal de Brasília – Seção Judiciária do Distrito Federal.

A Telebras realizou o levantamento dos valores a que tem direito de se creditar e fez o reconhecimento contábil desse crédito. O montante apurado e atualizado monetariamente até 31 de março de 2022 é de R\$ 9.726, sendo R\$ 1.732 para o PIS e R\$ 7.994 para a Cofins.

Com a devolução do processo à Primeira Instância, a Telebras propôs o cumprimento de sentença, nos termos dos artigos 534 e seguintes do Código de Processo Civil, baseado nos valores levantados.

7 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza:	31/03/2022			31/12/2021		
	Vinculados	Não Vinculados	Vinculados	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(A)	(A)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	3.031	41.492	44.523	2.993	40.814	43.807
Trabalhista	1.367	211	1.578	1.342	202	1.544
Tributária	121	633	754	119	579	698
Total	4.519	42.336	46.855	4.454	41.595	46.049
Circulante	3.242	5.086	8.328	3.216	4.988	8.204
Não Circulante	1.277	37.250	38.527	1.238	36.607	37.845

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7.1. Movimento dos depósitos judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.049
Adições	88
Baixas por Decisão Desfavorável à Telebras	(15)
Atualização Monetária	733
Saldo em 31 de março de 2022	46.855
Circulante	8.328
Não Circulante	38.527

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a Telebras figura como ré ou autora.

Do total dos depósitos não vinculados de R\$ 42.336 em 31 de março de 2022, R\$ 36.087 (R\$ 21.005 era o valor original, quando do acordo parcial com a Previ) refere-se a depósito realizado em litígio com a Previ, que foi parcialmente firmado e que gerou um valor controverso em relação ao total para liquidação do processo. A Telebras entendeu, na época, que o valor cobrado pela Previ era superior àquele que ela entendia como correto. Assim, efetuou um depósito judicial que corresponde à diferença apurada (R\$ 21.005) e avaliou o risco de perda da ação como remota.

8. SUPERÁVIT DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA - PLANO PBS-A e PBS TELEBRAS

Em dezembro de 2019, a Previc aprovou a distribuição do superávit dos planos de Benefícios PBS-A e PBS Telebras, que são patrocinados pela Telebras e outras Companhias que foram criadas a partir do processo de privatização do Sistema Telebras. A parte do superávit destinada à Telebras foi de R\$ 202.549 e está sendo repassada pela administradora dos planos (SISTEL) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais. As parcelas vincendas serão corrigidas com base na rentabilidade dos planos.

A movimentação dos recursos a receber relativos aos superávits dos planos no trimestre findo em 31 de março de 2022 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	82.966
Atualização Monetária	3.060
Recebimentos no Período	(22.495)
Saldo em 31 de março de 2022	63.531
Circulante	63.531

9. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS**9.1. Valores a receber de colaboradores cedidos**

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores a receber referentes à cessão de Colaboradores da Telebras às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Órgãos/Entidades:	31/03/2022	31/12/2021
Órgãos Governamentais	1.945	1.945
Total	1.945	1.945
Circulante	1.945	1.945

9.2. Outros ativos realizáveis

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamento a Fornecedores de Operação e Manutenção (i)	34.409	35.837
Despesas Pagas Antecipadamente	22.934	29.153
Tributos Retidos e Recolhidos a Recuperar de Clientes	6.482	6.161
Cauções e Retenções	4.111	2.106
Glosas sobre Serviços a Recuperar de Clientes	1.718	1.718
Adiantamento a Empregados	592	1.246
Estoques de Materiais de Consumo	38	38
Outros	0	33
Total	70.284	76.292
Circulante	34.799	36.659
Não Circulante	35.485	39.633

(i) Inclui o valor de R\$ 33.810 (R\$ 35.238 em 31 de dezembro de 2021) correspondente ao adiantamento realizado à empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicação Ltda (subsidiária da Viasat Inc.), cujo objetivo foi o de acelerar o início da prestação dos serviços em banda larga, conforme acordo contratual firmado entre a Telebras e a Viasat.

10. DIVIDENDOS A RECEBER

Em 31 de março de 2022, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 5.456 (R\$ 5.456 em 31 de dezembro de 2021).

11. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Fundo Caixa Extramercado Comum IRFM-1 (iv)	412.234	412.234
BB Extramercado FAE2 FI (iv)	410.118	410.118
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	34.925	34.036
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	30.844	30.128
Aplicações em Ações e Fundo de Investimentos (iii)	2.515	2.295
Total	890.636	888.811
Circulante	822.352	822.352
Não Circulante	68.284	66.459

(i) A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), em função de ação judicial com sentença transitada em julgado. (Nota Explicativa 21)

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF, de acordo com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B. (Nota Explicativa 23.1)

(iii) Representa investimentos em títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iv) Em dezembro de 2019, a União destinou à Companhia o montante de R\$ 822.352, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme a Lei Orçamentária então vigente. Em função da data de transferência dos recursos e a posterior classificação da Telebras como Empresa Estatal Dependente, a Companhia não realizou investimentos até 31 de março de 2022, ficando os recursos disponíveis contabilizados na rubrica “Aplicações Financeiras” para utilização nos períodos subsequentes de acordo com a legislação vigente.

Com a vigência da LOA 2022, não há previsão legal ou regulamentar para realização de investimentos utilizando esses recursos. A Companhia está em negociação com os Órgãos responsáveis pela gestão orçamentária, no sentido de poder viabilizar a utilização de parte desses recursos para execução de investimentos no decorrer do exercício de 2022.

12. INVESTIMENTOS

12.1. Informações das investidas

A Companhia detém participação societária na coligada, cujas informações são apresentadas a seguir:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. (“VISIONA” ou Coligada), constituída em 14 de junho de 2011, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A coligada tem como acionistas as empresas Embraer Defesa e Segurança Participações S.A, que detém 51% do capital social e a Telecomunicações Brasileiras S.A com 49% do capital social. O controle da VISIONA é exercido pela Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de março de 2022 e dezembro de 2021, o capital social da coligada é de R\$ 75.000, com um total de 75.000.000 de ações ordinárias emitidas. Deste montante, a Telebras detém 36.750.000 de ações.

12.2. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investida:	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						31/03/2022	31/12/2021
Visiona Tecnologia Espacial S.A	75.000	156.599	49,00	49,00	36.750.000	76.734	88.152
Total						76.734	88.152

12.3. Informações econômicas e financeiras resumidas

Investida:	31/03/2022			31/12/2021		Receita Líquida 31/03/2021
	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Ativo	Passivo	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	176.499	19.900	3.018	199.141	19.240	1.092

12.4. Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investida:	31/03/2022		31/03/2021	
	Prejuízo Líquido do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Prejuízo Líquido do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(3.470)	(1.761)	(2.742)	(1.344)

12.5. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Composição:	Valores
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88.152
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período Exercício 2022	(1.700)
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período Exercício 2021 - Complemento	(61)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(9.657)
Saldo em 31 de março de 2022	76.734

12.6. Informações contábeis das coligadas**12.6.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A**

Balanço Patrimonial	31/03/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante	62.205	65.874
Não Circulante	114.294	133.267
Realizável a Longo Prazo	568	619
Investimento	111.090	129.905
Imobilizado	2.370	2.508
Intangível	266	235
Total	176.499	199.141
Passivo		
Circulante	8.130	7.448
Não Circulante	11.770	11.792

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Balanco Patrimonial	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	156.599	179.901
Total	176.499	199.141

Demonstração do Resultado do Período	31/03/2022	31/03/2021
Receita Operacional Líquida	3.018	1.092
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(2.013)	(1.470)
Lucro Bruto	1.005	(378)
Despesas Operacionais	(2.362)	(1.826)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.602)	(1.428)
Equivalência Patrimonial	892	754
Resultado antes do Resultado Financeiro	(4.067)	(2.878)
Resultado Financeiro	597	136
Prejuízo Líquido do Período	(3.470)	(2.742)

13. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e registrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que consideram a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens estiver superior ao valor de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de março de 2022 era de R\$ 2.308.198 (R\$ 2.368.459 – em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de março de 2021, os ativos vinculados ao segmento satelital não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável (*Impairment*), uma vez que esses ativos apresentavam valor contábil inferior ao valor em uso, conforme o plano de negócio do segmento satelital. Os especialistas (engenheiros) estabeleceram, através de laudo, que a vida útil econômica do satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas Satélite (SGDC) será de 17 (dezessete) anos a partir da entrada de operação, que ocorreu de julho de 2018.

Com relação ao segmento da rede terrestre, a Telebras está realizando o inventário físico dos ativos, cuja expectativa de conclusão é que ocorra no decorrer do primeiro semestre de 2022. A previsão inicial para o término desse inventário era no final do exercício de 2020, mas, devido a problemas operacionais e pela situação de pandemia do Coronavírus, não foi possível a conclusão tempestiva. Neste processo também está inclusa a revisão da vida útil econômica dos ativos, o que poderá resultar em alteração das taxas de depreciação atualmente utilizadas. No primeiro trimestre de 2022, como reflexo dos resultados do processo de inventário do ativo imobilizado a Companhia realizou a baixa de bens cujo valor contábil totalizou R\$ 16.643. A Telebras estima que concluirá todos os trabalhos do inventário no final do segundo trimestre de 2022.

Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantias do contrato de financiamento junto à FINEP. O valor de liquidação dos bens dados em garantia é de R\$ 64.246, conforme laudo de avaliação.

A Companhia não possui bens dados em garantia, relativos à penhora ou aval em defesa de processos judiciais.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras
 Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais
 Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

13.1. Movimentação do imobilizado no exercício - Total

Composição:	Imobilizado									
	Bens e Instalações em Serviço							Direito de Uso de Ativo	Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos			
Custo de Aquisição										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	346.243	4.457	252.191	3.653	17.915	2.669.157	1.850	42.397	51.996	3.389.859
Adições - CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	448	-	448
Aquisições/Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	15.226	15.226
Baixas	-	(1.667)	(16.075)	(156)	(1.314)	(58.071)	(108)	-	-	(77.391)
Saldo em 31 de março de 2022	346.243	2.790	236.116	3.497	16.601	2.611.086	1.742	42.845	67.222	3.328.142
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(86.779)	(3.904)	(76.310)	(3.156)	(13.677)	(808.130)	(1.850)	(27.594)	-	(1.021.400)
Depreciação CPC 6 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	(1.148)	-	(1.148)
Depreciação e Amortização	(5.435)	(33)	(4.918)	(131)	(437)	(47.191)	-	-	-	(58.145)
Baixas	-	1.604	10.105	156	1.268	47.508	108	-	-	60.749
Saldo em 31 de março de 2022	(92.214)	(2.333)	(71.123)	(3.131)	(12.846)	(807.813)	(1.742)	(28.742)	-	(1.019.944)
Valor Contábil em 31 de março de 2022	254.029	457	164.993	366	3.755	1.803.273	-	14.103	67.222	2.308.198
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2021	259.464	553	175.881	497	4.238	1.861.027	-	14.803	51.996	2.368.459
Taxa Anual de Depreciação	16,60%	10,00%	De 5,0% a 20,0%	20,00%	20,00%	De 10,0% a 20,0%	20,00%	De 6,6% a 20,0%		

13.1.1. Movimentação do imobilizado – segmento de rede terrestre

Composição:	Imobilizado - Terrestre									
	Bens e Instalações em Serviço							Direito de Uso de Ativo	Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos			
Custo de Aquisição										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	70.240	4.457	127.546	3.653	17.915	485.680	1.850	42.397	12.410	766.148
Adições - CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	448	-	448
Aquisições/Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	8.388	8.388
Baixas	-	(1.667)	(15.632)	(156)	(1.314)	(56.487)	(108)	-	-	(75.364)
Saldo em 31 de março de 2022	70.240	2.790	111.914	3.497	16.601	429.193	1.742	42.845	20.798	699.620
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(79.593)	(3.904)	(72.393)	(3.156)	(13.677)	(449.741)	(1.850)	(27.594)	-	(651.908)
Depreciação CPC 6 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	(1.148)	-	(1.148)
Depreciação e Amortização	(835)	(33)	(1.807)	(131)	(437)	(7.356)	-	-	-	(10.599)
Baixas	-	1.604	10.035	156	1.268	47.207	108	-	-	60.378
Saldo em 31 de março de 2022	(80.428)	(2.333)	(64.165)	(3.131)	(12.846)	(409.890)	(1.742)	(28.742)	-	(603.277)
Valor Contábil em 31 de março de 2022	(10.188)	457	47.749	366	3.755	19.303	-	14.103	20.798	96.343
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2021	(9.353)	553	55.153	497	4.238	35.939	-	14.803	12.410	114.240
Taxa Anual de Depreciação	16,60%	10,00%	De 5,0% a 20,0%	20,00%	20,00%	De 5,0% a 20,0%	20,00%	De 6,6% a 20,0%		

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais
Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

13.1.2. Movimentação do imobilizado – segmento satelital

Composição:	Imobilizado - Satélite				
	Bens e Instalações em Serviço			Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Infraestrutura	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados		
Custo de Aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	276.003	124.645	2.183.477	39.586	2.623.711
Aquisições/Adições				6.838	6.838
Baixas	-	(443)	(1.584)	-	(2.027)
Saldo em 31 de março de 2022	276.003	124.202	2.181.893	46.424	2.628.522
Depreciação Acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.186)	(3.917)	(358.389)	-	(369.492)
Depreciação e Amortização	(4.600)	(3.111)	(39.835)	-	(47.546)
Baixas	-	70	301	-	371
Saldo em 31 de março de 2022	(11.786)	(6.958)	(397.923)	-	(416.667)
Valor Contábil em 31 de março de 2022	264.217	117.244	1.783.970	46.424	2.211.855
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2021	268.817	120.728	1.825.088	39.586	2.254.219
Taxa Anual de Depreciação	16,60%	De 5,0% a 20,0%	De 5,0% a 20,0%		

13.2. Bens totalmente depreciados

Em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu no imobilizado o valor de R\$ 236.482 (R\$ 216.439 em 31 de dezembro de 2021), referente a bens totalmente depreciados. Estes estão registrados nos seguintes grupos:

Ativos:	31/03/2022	31/12/2021
Equipamentos de Transmissão e Comunicação de Dados	154.920	161.292
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	42.583	42.583
Equipamentos de Tecnologia da Informação	8.459	7.027
Mobiliários	1.737	3.014
Ferramentas e Instrumentos	1.741	1.850
Equipamentos de Infraestrutura	24.079	673
Equipamentos Data Center	2.963	-
Total	236.482	216.439

13.3. Seguros

A Telebras possui contratos de seguro e de garantia estendida para cobrir possíveis perdas que venham a ocorrer com o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, e com os equipamentos localizados em solo. As características desses contratos são apresentadas a seguir:

Entidades	Natureza	Valor Contratado	Valor do Prêmio	Valor Indenizável	Vigência
Mapfre Seguros	Seguro		14.000	1.220.187	03/08/2021 a 03/08/2022
Visiona Internacional BV	Garantia Estendida	21.595			08/12/2021 a 08/12/2023

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

14. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de março de 2022 era de R\$ 29.950 (R\$ 31.610 em 31 de dezembro de 2021), conforme quadro abaixo.

Composição:	Intangível			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Direitos de Uso	Total
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.704	3.946	1.449	54.099
Baixas	(22)	-	-	(22)
Saldo em 31 de março de 2022	48.682	3.946	1.449	54.077
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(20.554)	(1.151)	(784)	(22.489)
Amortização do Período	(1.488)	(82)	(90)	(1.660)
Baixas	22	-	-	22
Saldo em 31 de março de 2022	(22.020)	(1.233)	(874)	(24.127)
Valor Contábil em 31 de março de 2022	26.662	2.713	575	29.950
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2021	28.150	2.795	665	31.610
Taxa de Amortização	20,00%	8,33%	20,00%	

Em 31 de março de 2022, esses ativos não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável (*Impairment*).

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite. O prazo de amortização é de 15 anos.

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações. (Nota Explicativa 25)

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Encargos Sociais a Pagar	11.740	11.308
Benefícios Sociais a Pagar	446	8
Salários e Honorários a Pagar	-	2
Total	12.186	11.318
Circulante	12.186	11.318

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, a Telebras tem reconhecido no seu passivo exigível provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP). Esta provisão foi constituída para fazer frente à indenização dos colaboradores que são elegíveis para o seu recebimento quando do desligamento da Companhia. Os colaboradores elegíveis ao recebimento são aqueles que não tiveram seus vínculos empregatícios rescindidos após o processo de cisão da Telebras e que fizeram adesão ao plano conforme prazo estabelecido à época. Em 31 de março de 2022, o montante provisionado é de R\$ 24.957 (R\$ 24.856 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação do PISP no trimestre findo em 31 de março de 2022 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.856
Atualização da Provisão no Período	101
Saldo em 31 de março de 2022	24.957
Circulante	2.054
Não circulante	22.903

17. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

Representa os valores arrecadados com a realização dos leilões das frações de ações após o processo de grupamento. Em junho de 2021, a Companhia realizou baixa no valor de R\$ 13.086 relativo ao valor arrecadado no grupamento de ações realizado no ano de 2011. A baixa ocorreu devido à prescrição do direito dos acionistas objeto daquele grupamento reclamarem o valor que lhes era devido. Após a baixa, o valor remanescente nessa rubrica se refere ao grupamento de ações realizado no ano de 2018, no montante de R\$ 680. Este valor aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado.

18. FORNECEDORES

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Fornecedores de Operação	51.596	49.519
Fornecedores de Expansão	16.518	9.271
Total	68.114	58.790
Circulante	68.114	58.790

19. TRIBUTOS INDIRETOS

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	1.095	830
Programa de Integração Social - PIS	215	154
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust	185	333
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funtell	93	166
Tributos Federais	1.588	1.483
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS	8.735	9.099
Tributos Estaduais	8.735	9.099
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	708	89
Tributos Municipais	708	89
Total	11.031	10.671
Circulante	11.031	10.671

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e outros assuntos. Dessa forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue.

20.1. Provisão para riscos prováveis**20.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais**

Natureza	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	49.667	3.031	46.636	47.840	2.993	44.847
Trabalhista	14.290	1.367	12.923	13.769	1.342	12.427
Tributária	127	121	6	123	119	4
Total	64.084	4.519	59.565	61.732	4.454	57.278
Circulante	14.939	3.242	11.697	14.284	3.216	11.068
Não Circulante	49.145	1.277	47.868	47.448	1.238	46.210

20.1.2. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para esses processos:

Natureza/Objeto das Ações	31/03/2022			31/12/2021
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Cíveis				
Illegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.869	1.737	2.132	2.058
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	31.329	0	31.329	30.082
Diferença de Ações (inclusive Conversão de Debêntures)	4.140	163	3.977	3.794
Outros Processos	10.329	1.131	9.198	8.913
Total	49.667	3.031	46.636	44.847
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	3.490	37	3.453	3.395
Responsabilidade Subsidiária	2.623	528	2.095	1.306
Outros Processos	8.177	802	7.375	7.726
Total	14.290	1.367	12.923	12.427
Tributárias				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (RFB)	49	49	0	1
Execução Fiscal	78	72	6	3
Total	127	121	6	4

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza/Objeto das Ações	31/03/2022			31/12/2021
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
TOTAL GERAL	64.084	4.519	59.565	57.278
Circulante	14.939	3.242	11.697	11.068
Não Circulante	49.145	1.277	47.868	46.210

20.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.732
Constituição de Provisão	2.866
Reversão de Provisões	(2.942)
Juros Incorridos	1.553
Atualização Monetária	878
Baixas	(3)
Saldo em 31 de março de 2022	64.084

A Administração tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários dessas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a posição financeira.

20.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de março de 2022, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados a seguir:

Natureza:	31/03/2022	31/12/2021
Cível	90.169	87.493
Tributária	23.195	23.010
Trabalhista	1.395	1.445
Total	114.759	111.948

20.2.1. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes), de acordo com a natureza das ações, são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza/Objeto das Ações:	31/03/2022	31/12/2021
Cíveis		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	10.606	10.142
Ilegalidade na Venda de Ações	4.773	4.687
Processo de Cisão Sistema Telebras (i)	31.599	30.186
Outros Processos (ii)	43.191	42.478
Total	90.169	87.493
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	229	224
Progressão Salarial	63	62
Anistia	0	0
Outros Processos	1.103	1.159
Total	1.395	1.445
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI (iii)	21.970	21.856
Cobrança de Tributos Receita Federal (RFB)	49	49
Diversas Origens	1.176	1.105
Total	23.195	23.010
Total Geral	114.759	111.948

20.2.2. Situação dos principais processos:**(i) Processo de cisão Sistema Telebras**

A origem desse litígio ocorreu quando do processo de cisão do Sistema Telebras. Naquele processo, os valores relativos aos depósitos judiciais registrados como ativos da Telebras foram destinados à Telesp (atual Telefônica) na cisão dos ativos e passivos mediante certas condições. Durante os anos de 1998 a 2008 esses depósitos foram revertidos (creditados) em favor da Telebras, devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas. Essa controvérsia é objeto de debate em três processos distintos.

A Companhia, através da opinião dos seus advogados, reconhece que o risco de perda para esses processos é possível, assim, tal valor não está reconhecido na contabilidade da Telebras. O motivo para a classificação como possível deve-se ao fato de que a Telebras obteve decisão favorável em duas instâncias, incluindo sentenças de primeiro grau proferidas por juízos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 2019.

Ainda no ano de 2019, a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi anulada, mas em função de vício de índole processual apenas. A matéria estava sob apreciação do Superior Tribunal de Justiça, em sede de agravo interno, que teve provimento negado pelo Superior Tribunal de Justiça. O processo irá retornar para o juízo de origem para produção de prova pericial e proferimento de nova sentença.

Quanto aos processos originários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, os andamentos são diversos.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para um deles, o Superior Tribunal de Justiça determinou o retorno dos autos ao primeiro grau de jurisdição, a fim de que reaprecie o termo inicial da prescrição, mantendo a incidência do prazo trienal. Haverá novo julgamento apenas para apreciação do termo inicial da contagem.

Para o outro litígio, a Telebras interpôs recurso especial pendente de admissibilidade contra o acórdão que reformou a sentença e determinou a aplicação do prazo prescricional decenal.

(ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Refere-se à anulação da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais determinada na Assembleia Geral Ordinária da Telebras, de 27 de abril de 1995, para distribuição de acordo com o Parecer CVM Orientação nº 16/88. O valor devido a título de dividendos foi objeto de acordo homologado judicialmente, em que a Telebras impugnou o remanescente. Ratifica-se a classificação da expectativa de êxito do valor controverso como possível, dadas as inconsistências existentes no cálculo apresentado pela Previ. Atualmente, a Telebras busca o reconhecimento pela perícia judicial da metodologia de cálculo por ela utilizada. A perícia não foi concluída; logo, ainda não há decisão judicial a respeito do valor controverso.

(iii) Isenção de Imposto de Importação e IPI

Trata-se de autuação fiscal impondo obrigação tributária solidária à Telebras e à Fundação CPqD de pagar tributos (imposto de importação e IPI respectivo) incidentes sobre esses bens importados à época em que o CPqD era órgão interno da Telebras.

Situação atual: Há recurso pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que impede a exigibilidade dos tributos. A autuação fiscal considerou que a Telebras transferiu, em desacordo com a legislação tributária, à Fundação CPqD bens que foram importados com isenção de II e IPI, quando a Fundação deixou de ser órgão interno da *holding* Telebras e foi constituída como pessoa jurídica com personalidade jurídica própria. Para a autoridade fazendária, a transferência desses bens em desacordo com a legislação tributária impõe a exigência de tributos que, no momento da importação, eram acobertados por isenção.

21. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia possui passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação dessas dívidas. Em 31 de março de 2022, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

Credores:	31/03/2022	31/12/2021
Acordo Judicial - PREVI	113.542	108.632
Acordo Judicial - FUNCEF	62.328	63.176
Total	175.870	171.808
Circulante	18.282	17.564
Não Circulante	157.588	154.244

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21.1. Movimentação da dívida no período

Saldo em 31 de dezembro de 2021	171.808
Juros e Variação Monetária	7.840
Amortização de Principal	(1.795)
Pagamento de Juros	(1.983)
Saldo em 31 de março de 2022	175.870

21.2. Cronograma de pagamento da dívida de longo prazo (Não Circulante)

Anos:	PREVI	FUNCEF	Total
2023	12.616	5.666	18.282
2024	12.616	5.666	18.282
2025	12.616	5.666	18.282
2026	12.616	5.666	18.282
2027 em diante	50.463	33.997	84.460
Total	100.927	56.661	157.588

21.3. Descrição resumida dos termos acordados**21.3.1. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI)**

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a PREVI para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo do principal reconhecido em novembro de 2013, no montante de R\$ 141.416 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil), com carência de 24 (vinte e quatro) meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais, seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras de efetuar a distribuição dos dividendos com base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

21.3.2. Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF)

Em 2 de maio de 2016, a Telebras finalizou acordo e protocolou, perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF, petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a Telebras e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a Telebras a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos, devidos à Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R\$ 72.688 (setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil), atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 (sessenta e seis milhões e oitenta) de principal e R\$ 6.608 (seis mil e seiscentos e oito) de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% (dez por cento) em 90 dias após o

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

protocolo da petição, sendo que o saldo remanescente será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, observado o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros. A dívida é atualizada pela variação do INPC, mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê que em caso de atraso das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die* incorridos no período e de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescidos dos 10% (dez por cento) previstos no artigo 523 do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

22. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.618.944 em 31 de março de 2022 (R\$ 1.580.479 em 31 de dezembro de 2021), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, tem como origem os valores aportados pela União na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e será utilizado em futuro aumento de capital da Telebras em favor da União, conforme sua orientação.

22.1. Composição do valor

O quadro a seguir apresenta os valores aportados pelo acionista controlador (a União), bem como os valores recebidos dos acionistas não controladores relativos ao exercício de preferência nos processos de capitalização dos AFAC realizados pela Companhia. Estes valores serão objeto de futuras capitalizações assim que aprovados pelos Órgão controladores.

Data do Aporte / Evento	Valor Aportado	Atualização Monetária(i)	Valor Aportado Atualizado
13/03/2018	35.000	7.844	42.844
05/04/2018	7.000	1.535	8.535
05/04/2018	19.000	4.165	23.165
05/04/2018	30.000	6.577	36.577
07/05/2018	23.000	4.898	27.898
07/05/2018	1.000	213	1.213
23/08/2018	50.000	9.507	59.507
18/09/2018	20.000	3.704	23.704
09/10/2018	25.000	4.521	29.521
09/10/2018	5.000	904	5.904
26/12/2018	58.000	9.617	67.617
26/12/2018	42.000	6.964	48.964
28/12/2018	100.000	16.522	116.522
21/03/2019	24.667	3.682	28.349
21/03/2019	142.000	21.197	163.197
31/10/2019	14.325	1.542	15.867
31/10/2019(ii)	23	3	26
11/11/2019	4.553	484	5.037
28/11/2019	10.000	1.037	11.037
04/12/2019(iii)	580	60	640
05/12/2019	710.000	72.874	782.874

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Data do Aporte / Evento	Valor Aportado	Atualização Monetária(i)	Valor Aportado Atualizado
05/12/2019	108.780	11.166	119.946
Total	1.429.928	189.016	1.618.944

(i) Atualização monetária acumulada a partir do dia seguinte ao valor aportado até a data das demonstrações contábeis em referência.

(ii) Valor relativo à subscrição dos acionistas não controladores no processo de aumento de capital homologado em 11 de janeiro de 2018.

(iii) Valor referente à subscrição dos acionistas não controladores no processo de aumento de capital homologado em 14 de abril de 2020.

22.2. Movimentação no período

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital no trimestre findo em 31 de março de 2022, de acordo com a sua destinação:

Eventos:	Satélite - Projeto SGDC	Programa Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	537.912	1.042.474	24	69	1.580.479
Variação Monetária	13.085	25.377	1	2	38.465
Saldo em 31 de março de 2022	550.997	1.067.851	25	71	1.618.944

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO**23.1. Empréstimos e financiamentos – FINEP**

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Principal	170.962	182.581
Atualização Monetária	10.653	10.459
Juros	264	662
Total – Bruto	181.879	193.702
Circulante	47.145	48.933
Não Circulante	134.734	144.769

A movimentação dos empréstimos e financiamentos, líquido dos custos, no trimestre findo em 31 de março de 2022 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	193.702
Juros Incorridos no Período	1.218
Juros Pagos	(1.325)
Amortização de Principal	(11.425)
Amortização da Compensação Financeira	(291)
Saldo em 31 de março de 2022	181.879

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo (Não Circulante) em 31 de março de 2022 é apresentado a seguir:

Vencimentos:	
2023	35.161
2024	46.881
2025	52.692
Total	134.734

23.1.1. Contrato original

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras, conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão nº 46/2014 de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incide Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interviente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., que mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 meses de serviço da dívida.

23.1.2. Aditivos contratuais

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP, no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia e a FINEP assinaram o segundo aditivo ao contrato, o qual estabeleceu novos prazos para o início da amortização do principal e dos juros ora interrompidos, além de novas garantias. As modificações estão definidas conforme citado abaixo.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(i) Suspensão do pagamento das parcelas de amortização do principal e dos juros no período de 15 de junho de 2018 a 15 de novembro de 2018.

(ii) Os juros apurados no período de suspensão serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor de acordo com a metodologia de juros compostos.

(iii) A Telebras deverá constituir novas garantias idôneas e suficientes para cobrir débito, cujas características serão examinadas pela FINEP em 15 de setembro de 2018. Na hipótese de constituição até a data prevista, a FINEP poderá, a seu exclusivo critério, retomar a cobrança das parcelas de amortização do débito e dos juros sobrestados.

(iv) A Telebras deverá pagar à FINEP o valor de R\$ 5.471 a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, o qual será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato.

(v) O valor do principal acrescido dos juros capitalizados e do valor da compensação financeira serão pagos a partir de 15 de dezembro de 2018 em 73 parcelas.

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia e a FINEP acordaram um terceiro aditivo ao contrato, o qual estabeleceu a suspensão do pagamento das parcelas de amortização do débito e dos juros compensatórios por tempo determinado, bem como a constituição de novas garantias. As modificações trazidas por este aditivo foram as seguintes.

(i) O pagamento das parcelas de amortização do débito decorrente do contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de maio de 2020.

(ii) O pagamento dos juros compensatórios previstos no contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019.

(iii) Os juros apurados no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019 serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor, de acordo com a metodologia de cálculo de juros compostos.

(iv) Prorrogação do vencimento do contrato em 12 meses, passando de 15 de dezembro de 2024 para 15 de dezembro de 2025.

(v) A Telebras pagará à FINEP o valor de R\$ 21.397, a título de compensação financeira, pelo período de sobrestamento, cujo valor será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato e pago em parcelas mensais e sucessivas, juntamente com as parcelas de amortização e juros, de 15 de junho de 2020 a 15 de dezembro de 2025.

23.1.3. Reconhecimento da compensação financeira do terceiro aditivo contratual

Em junho de 2020, a Companhia reconheceu no resultado do exercício valores de despesas financeiras que totalizaram R\$ 21.397, relativo à compensação financeira constante no terceiro aditamento contratual. O montante dessa compensação está sendo amortizado em 67 parcelas mensais de acordo com as condições do item “v” acima.

23.1.4. Covenants

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houver: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantias estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela Financiada, das obrigações assumidas.

23.1.5. Garantias

A Telebras estabeleceu, como garantia do financiamento, bens do ativo imobilizado, cujo valor de liquidação totaliza R\$ 64.246, conforme laudo de avaliação e direitos creditícios do contrato firmado entre a Telebras e a empresa de Tecnologia e Informação da Previdência (DATAPREV).

23.2. Arrendamento mercantil financeiro

A Telebras mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relativos à locação de imóveis (sede da Companhia), terrenos onde estão instalados equipamentos para prestação de serviços (Estações) e equipamentos de informática. Os prazos desses contratos variam entre 5 (cinco) e 15 (quinze) anos e têm vencimentos entre os anos de 2021 e 2027. A taxa de desconto utilizada para esses contratos foi de 6% a.a.

Os valores do imobilizado registrados na rubrica de Direito de Uso de Ativo, líquido de depreciação, e do passivo correspondentes a esses ativos estão demonstrados a seguir.

23.2.1. Direito de uso de ativo (valor contábil)

Bens/Direitos:	31/03/2022	31/12/2021
Imóveis	9.755	10.322
Terrenos (Estações)	4.284	4.414
Equipamentos de Informática	64	66
Total	14.103	14.802

23.2.2. Financiamentos (valor presente)

Bens/Direitos:	31/03/2022	31/12/2021
Imóveis	10.025	10.540
Terrenos (Estações)	4.597	4.733
Equipamentos de Informática	76	79
Total	14.698	15.352
Circulante	4.107	4.246
Não Circulante	10.591	11.106

Os desembolsos futuros (contraprestações) de longo prazo, assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

Vencimentos:	principal	Juros a Incorrer	Total
2023	3.155	(410)	2.744
2024	4.000	(362)	3.639
2025	3.611	(147)	3.464
2026	577	(24)	553
2027 em diante	221	(30)	191
Totais	11.564	(973)	10.591

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação dos financiamentos (arrendamento mercantil financeiro) no trimestre findo em 31 de março de 2022 está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.352
Ingressos - Novos/Renovação de contratos	451
Pagamento de Principal	(1.105)
Apropriação de Juros no Período	222
Pagamento de Juros	(222)
Saldo em 31 de março de 2022	14.698

24. RECEITAS DIFERIDAS

Em 31 de março de 2022, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 526.997 (R\$ 535.914 em 31 de dezembro de 2021), composto pelos valores adiantados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC) e pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para atender ao Programa GESAC.

A partir do 3º (terceiro) trimestre de 2018, a Companhia passou a reconhecer no seu resultado a receita realizada, referente ao serviço de locação de capacidade Satelital por serviços prestados ao Ministério de Defesa (Banda X). Esta receita será reconhecida no período de 15 (quinze) anos, conforme contrato firmado entre as partes, e o valor mensal a ser reconhecido como receita no resultado da Telebras é de R\$ 3.040 (três milhões e quarenta mil).

Em dezembro de 2021, a Telebras recebeu do Ministério das Comunicações adiantamentos de recursos para a prestação de serviços vinculados aos programas GESAC e Wi Fi Brasil. O montante recebido foi de R\$ 102.745.

A movimentação/composição das receitas diferidas no trimestre findo em 31 de março de 2022 é apresentada no quadro a seguir:

Movimentação:	Ministério da Defesa	MCOM	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	419.527	116.387	535.914
Baixa de Receita por Serviços Prestados - Banda X	(9.120)	-	(9.120)
Adiantamento - Programa Gesac	-	203	203
Saldo em 31 de março de 2022	410.407	116.590	526.997
Circulante	36.481	116.590	153.071
Não Circulante	373.926	-	373.926

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição:	31/03/2022	31/12/2021
Retenções Passivas Tributárias	3.343	2.657
Retenções Passivas não Tributárias	119	108
Outras Obrigações	229	229
Total	3.691	2.994
Circulante	3.691	2.994

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**26.1. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2022 é de R\$ 3.107.339 (R\$ 3.107.339 em 31 de dezembro de 2021), representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

26.1.1. Composição acionária

A composição acionária em 31 de março de 2022 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	44.644.518	90,27%	União Federal	16.239.712	88,22%	União Federal	60.884.230	89,71%
FINEP	3.231.600	6,53%	FINEP	-	-	FINEP	3.231.600	4,76%
Outros Acionistas	1.580.960	3,20%	Outros Acionistas	2.167.779	11,78%	Outros	3.748.739	5,52%
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%
Total	49.457.271	100,00%	Total	18.407.491	100,00%	Total	67.864.762	100,00%

26.1.2. Valor patrimonial da ação

Componentes do Cálculo:	31/12/2021	31/12/2020
Capital total em ações		
Ordinárias	49.457.271	49.457.271
Preferenciais	18.407.491	18.407.491
Total (A)	67.864.762	67.864.762
Ações em tesouraria		
Ordinárias	193	193
Total (B)	193	193
Ações em circulação		
Ordinárias	49.457.078	49.457.078
Preferenciais	18.407.491	18.407.491
Total (A-B)	67.864.569	67.864.569
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1.345.540	1.553.239
Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)	19,8268	22,8873

26.2. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais
Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o artigo 88, §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e da existência de prejuízos acumulados, não foram efetuados o cálculo, a distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

26.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial, que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, bem como por variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas na coligada Visiona, na qual a participação societária da Telebras é de 49%.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial no trimestre findo em 31 de março de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

Movimentação:	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	141	33.237	33.378
Perda com Instrumentos Patrimoniais Mensurados a VJORA	220	-	220
Equivalência Patrimonial Reflexa sobre AAP Coligada	-	(9.657)	(9.657)
Saldo em 31 de março de 2022	361	23.580	23.941

26.4. Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria (193 – cento e noventa e três, ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

26.5. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Dessa forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

Itens:	31/03/2022	31/03/2021
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(75.781)	(57.632)
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação:		
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(55.227)	(42.000)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(20.554)	(15.632)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	49.458	49.458
Ações preferenciais – básicas e diluídas	18.407	18.407
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,1166)	(0,8492)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,1166)	(0,8492)

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição:	31/03/2022	31/03/2021
Serviço de Comunicação e Multimídia	65.767	68.541
Locação de Capacidade Satelital	9.120	9.120
Aluguéis e Locações	4.032	4.923
Compartilhamento de Receita	3.943	653
Outras Receitas	1.367	-
Receita Operacional Bruta	84.229	83.237
Tributos sobre Receita	(13.058)	(15.388)
Descontos Concedidos/Outros	-	(161)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(13.058)	(15.549)
Receita Operacional Líquida	71.171	67.688

O comportamento da Receita Operacional Líquida na comparação entre o primeiro trimestre de 2022 e o mesmo período do ano anterior apresentou crescimento de 5,1%. O aumento é explicado basicamente pelos seguintes eventos: i) reconhecimento em maior volume da receita de compartilhamento de receitas vinculadas ao contrato de parceria com a Viasat; e ii) reconhecimento da receita de instalação e manutenção do programa Wi Fi Brasil no montante de R\$ 1.367. Esses acréscimos foram parcialmente amortizados pela redução das receitas dos serviços de SCM.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal), que contribuíram com mais de 10% (dez por cento) da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita operacional líquida integram a base para o cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

28. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

Os custos e as despesas operacionais por natureza nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 estão apresentados a seguir:

Custos dos Serviços Prestados	31/03/2022	31/03/2021
Depreciação e Amortização	(58.453)	(60.450)
Meios de Conexão e Transmissão	(27.768)	(27.519)
Serviços de Terceiros	(18.983)	(18.285)
Aluguéis, Locações e Seguros	(10.755)	(9.858)
Pessoal	(4.305)	(4.376)
Tributos	(1.145)	(1.164)
Material	(1.007)	(2)
Compartilhamento de Instalações	(832)	(499)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(15)	(34)
Total	(123.262)	(122.187)

Despesas Comerciais	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal	(4.161)	(4.281)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.167)	(2.222)
Serviços de Terceiros	(444)	(442)
Depreciação e Amortização	(109)	(112)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(6)	(24)
Aluguéis, Locações e Seguros	(1)	(17)
Tributos	(1)	-
Material	-	(43)
Total	(7.889)	(7.141)

Despesas Gerais e Administrativas	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal	(11.958)	(12.571)
Serviços de Terceiros	(3.060)	(1.470)
Depreciação e Amortização	(2.391)	(1.721)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(59)	(85)
Aluguéis, Locações e Seguros	(57)	(25)
Tributos	(23)	(25)
Material	(3)	(1)
Total	(17.551)	(15.898)

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Aglutinado	31/03/2022	31/03/2021
Depreciação e Amortização (i)	(60.953)	(62.283)
Meios de Conexão e Transmissão (ii)	(27.768)	(27.519)
Serviços de Terceiros (iv)	(22.486)	(20.197)
Pessoal (iii)	(20.423)	(21.228)
Aluguéis, Locações e Seguros (v)	(10.813)	(9.900)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.167)	(2.222)
Tributos	(1.169)	(1.189)
Material	(1.010)	(46)
Compartilhamento de Instalações	(832)	(499)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(80)	(143)
Total	(148.701)	(145.226)

i) Depreciação e Amortização: a redução de 2,1% entre os períodos comparados é explicado pelas baixas de bens realizadas no primeiro trimestre de 2022, como resultado do processo de inventário. O valor baixado foi de R\$ 16.643 (Valor Contábil).

(ii) Meios de Conexão e Transmissão: apresentou estabilidade em relação ao mesmo período do ano anterior.

(iii) Pessoal: A redução de 3,8 % é explicada basicamente pela diminuição do quadro de pessoal entre os períodos comparados.

(iv) Serviços de Terceiros: aumento de 11,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse comportamento é justificado basicamente pelos aumentos dos custos com energia elétrica (20,6%) e pelos custos de manutenção da planta (5,0%).

(v) Aluguéis, Locações e Seguros: o crescimento de 9,2% é explicado pelo aumento dos custos com locação de equipamentos para operacionalização do satélite, conforme contrato firmado entre a Telebras e a Viasat (R\$ 4.467 no primeiro trimestre em 2022 e R\$ 2.874 no primeiro trimestre de 2021).

29. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Composição:	31/03/2022	31/03/2021
Outras Receitas Operacionais		
Subvenções Recebidas (Pagamento de Pessoal e Outros Custeios) (i)	46.151	34.675
Reversão de Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.942	71
Recuperação de Tributos	544	759
Outras Receitas Operacionais	478	10
Ganho sobre Passivo	16	-
Multas sobre Contas a Receber	8	9
Dividendos Recebidos	7	8
Total	50.146	35.532
Outras Despesas Operacionais		
Baixa de Ativo Imobilizado (ii)	(16.643)	-
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.866)	(443)
Tributos	(954)	(617)
Pessoal	(20)	(169)
Multas sobre Tributos	(18)	(135)

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Composição:	31/03/2022	31/03/2021
Multas sobre Outros Passivos	(3)	(1.868)
Outras Despesas Operacionais	(194)	(15)
Total	(20.698)	(3.247)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida	29.448	32.285

(i) A partir de 1º de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente; dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal e outros custeios. Esses recursos estão sendo reconhecidos com base no CPC 07 – Subvenções e assistência Governamentais. O montante reconhecido no primeiro trimestre de 2022 foi destinado conforme o quadro a seguir:

Destinação:	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal	23.509	2.128
Outros Custeios	16.942	17.985
Investimentos	5.700	14.562
Total	46.151	34.675

(ii) Refere-se ao montante do Valor Contábil relativo à baixa de bens do ativo imobilizado, como resultado do processo de inventários dos bens da Telebras.

30. RESULTADO FINANCEIRO

Composição:	31/03/2022	31/03/2021
Receitas Financeiras		
Juros sobre Disponibilidades – Aplicações Financeiras (i)	19.030	764
Juros sobre Superavit de Previdência Privada	3.060	5.313
Juros sobre Aplicações Financeiras Temporárias	1.514	172
Juros/Variação Monetária sobre Tributos	980	(596)
Juros sobre Depósitos Judiciais	733	639
Juros sobre Contas a Receber	64	237
Outras Receitas Financeiras	4	-
Tributos sobre Receitas Financeiras	(1.146)	(329)
Subtotal	24.239	6.200
Despesas Financeiras		
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções (ii)	(38.465)	(7.354)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (iii)	(7.840)	(5.821)
Juros sobre Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.553)	(1.226)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(1.218)	(1.699)
V. M. sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(878)	(800)
Juros sobre Arrendamento Mercantil Financeiro IFRS 16	(222)	(78)
Juros de Mora s/ Empréstimos e Financiamentos	-	(199)
Juros sobre Tributos	-	(58)
Subtotal	(50.176)	(17.235)
Resultado Financeiro	(25.937)	(11.035)

(i) O crescimento é explicado pelo aumento da rentabilidade dos fundos entre os períodos comparados.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(ii) O crescimento é justificado pelo aumento da taxa Selic, que é o indexador utilizado para atualizar o saldo de AFAC.

III) Aumento em decorrência da elevação dos índices inflacionário entre os períodos. O indexador dessa dívida é o INPC.

31. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**31.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)**

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “Plano PBS-A” e “Planos de Patrocinadoras”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos planos a seguir.

31.1.1. Plano PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema Telebras, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superavit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição, que estão sendo negociadas entre as partes interessadas. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da Telebras com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual, conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço,

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento (Regulamento do PBS-A), estando vigente desde 2009, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 3.188, de 23 de novembro de 2009.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- (i) contribuição mensal de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- (ii) contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com 10% sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- (iii) contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- (iv) joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- (v) dotações das patrocinadoras; e
- (vi) receitas de aplicação do patrimônio.

Em 31 de março de 2022, o plano continua superavitário, não ensejando no pagamento de contribuições por parte da Telebras e/ou dos participantes.

Composição:	PBS-A	
	31/03/2022	31/12/2021
Total dos Ativos do Plano	14.175.282	13.940.458
Provisões Matemáticas e Fundos	(10.596.063)	(9.722.506)
Outros Exigíveis	(865.594)	(1.704.082)
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	(11.461.657)	(11.426.588)
(=) Superavit Acumulado	2.713.625	2.513.870

(i) Valores extraídos do balancete da Sistel em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

31.1.2. Plano PBS - TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da Telebras e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da Telebras.

Em 26 de setembro de 2008 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-Telebras, contemplando a distribuição do superavit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O regulamento do PBS-Telebras passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superavit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da Telebras, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, é realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-Telebras oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- (i) contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- (ii) contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- (iii) contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- (iv) contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficit, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
- (v) joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- (vi) dotação da patrocinadora; e
- (vii) receitas de aplicação do patrimônio.

A situação do plano em 31 de março de 2022 é apresentada a seguir:

Composição:	PBS - TELEBRAS	
	31/03/2022	31/12/2021
Total dos Ativos do Plano	467.438	468.285
Provisões Matemáticas e Fundos	(402.929)	(337.580)
Outros Exigíveis	(10.674)	(80.687)
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	(413.603)	(418.267)
(=) Superavit Acumulado	53.835	50.018

(i) Valores extraídos do balancete da Sistel em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

31.1.3. Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

O plano tem caráter apenas financeiro, posto que ficam limitadas às contribuições vertidas, desvinculadas em relação aos benefícios descritos e, neste sentido, não seria objeto de avaliação atuarial nos moldes da Deliberação CVM 695/2012.

O plano contava, em 31 de março de 2021, com aproximadamente 28.700 beneficiários, sendo que apenas 11 (0,04%) destes ainda detinham vínculo com a Telebras. Desse modo, para o exercício de 2021, a estimativa de gasto da Telebras com esse plano é de R\$17 (dezessete mil reais).

31.1.4. Plano TELEBRASPREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebrás, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a: (i) Auxílio-doença; (ii) Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão; e (iii) Pensão por morte de participante.

Os benefícios programados se referem a: (i) Aposentadoria ordinária, reversível em pensão; e (ii) Aposentadoria antecipada, reversível em pensão.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

(i) Contribuições de Participante;

a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2% SP + 3% (SP-PP);

b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses;

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação; e

d) Contribuições para os benefícios de risco.

(ii) Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

A situação do plano em 31 de março de 2022 é apresentada a seguir:

Composição:	TELEBRAS PREV	
	31/03/2022	31/12/2021
Total dos Ativos do Plano	1.162.351	1.129.128
Provisões Matemáticas e Fundos	(1.071.695)	(967.104)
Outros Exigíveis	(5.938)	(82.608)
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	(1.077.633)	(1.049.712)
(=) Superavit Acumulado	84.718	79.416

(i) Valores extraídos do balancete da Sistel em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

31.1.5. Contribuições do patrocinador

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes contribuições para os planos:

Composição:	PBS TELEBRAS - PAMA		TELEBRAS PREV	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Contribuições:				
Contribuição Empresa	-	-	486	509
Contribuição Assistencial	2	4	-	-
Total	2	4	486	509

32. PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União, que detém 90,27% das ações ordinárias da Companhia. (Nota Explicativa 26)

As transações da Companhia com sua controladora e suas coligadas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas empresas e entidades também são apresentadas.

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

32.1. Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

Remunerações/Benefícios	31/03/2022	31/03/2021
Remunerações	988	659
Benefícios de Curto Prazo	191	108
Total	1.179	767

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.

32.2. Transações com partes relacionadas

Balanço Patrimonial	31/03/2022	31/12/2021
Ativo	145.624	94.532
a) Contas a Receber de Serviços	140.525	88.739
Entidades Governamentais:	86.665	44.195
Ministérios	79.227	41.320
Demais Entidades (i)	7.438	2.875
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	3	2
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	87	125
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	3.611	2.111
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	50.147	42.294
Eletrobras Furnas	12	12
b) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(22.437)	(22.437)
Ministérios e Demais Entidades (i)	(22.437)	(22.437)
c) Cauções	4.084	2.079
Ministérios e Demais Entidades (i)	4.084	2.079
d) Dividendos a Receber	5.456	5.456
Visiona Tecnologia Espacial S.A	5.456	5.456
e) Despesas Pagas Antecipadamente	17.996	20.695
Visiona Internacional BV	17.996	20.695
Passivo	2.347.461	2.329.685
f) Fornecedores	19.641	19.591
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	692	692
Fundação Sistel de Seguridade Social	339	-
Petróleo Brasileiro S.A	3.769	4.574
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	2.345	1.544
Eletrobras Furnas	997	914
Banco do Brasil S.A	3	54
Visiona Internacional BV	11.000	11.000
Eletrosul	496	813
g) Empréstimos	181.879	193.701
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	181.879	193.701
h) Receitas Diferidas	526.997	535.914
Ministérios	526.997	535.914
i) Recursos Capitalizáveis - AFAC	1.618.944	1.580.479

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Balço Patrimonial	31/03/2022	31/12/2021
União Federal	1.618.944	1.580.479

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	31/03/2022	31/03/2021
Despesas	(60.963)	(25.014)
j) Compartilhamento de Instalações	(236)	19
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(45)	(63)
Eletrobras Furnas	(4)	-
Petróleo Brasileiro S. A	(187)	82
k) Meios de conexão e Transmissão	(11.723)	(13.711)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(2.075)	(1.651)
Eletrobras Furnas	(2.940)	(2.486)
Petróleo Brasileiro S. A	(3.070)	(3.071)
Eletrosul Centrais Elétricas S. A	(287)	(3.313)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(3.351)	(3.190)
l) Garantia Estendida	(2.699)	(1.992)
Visiona Internacional BV	(2.699)	(1.992)
m) Despesas financeiras	(46.305)	(9.330)
União Federal - AFAC	(38.465)	(7.354)
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	(7.840)	(1.976)
Receitas	298.977	70.554
n) Receitas de Serviços - SCM	243.319	59.447
Entidades Governamentais:	189.673	44.991
Ministérios	155.484	34.419
Demais Entidades (i)	34.189	10.572
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	43.739	11.208
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	8.889	2.664
Petróleo Brasileiro S. A	53	42
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	27	9
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	938	456
Eletrobras Furnas	-	77
o) Aluguéis e Locações	54.291	11.107
Entidades Governamentais:	43.679	9.204
Ministérios	37.304	9.136
Demais Entidades (i)	6.375	68
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	10.438	1.902
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás	7	1
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	132	-
Eletrobras Furnas	35	-
p) Outras Receitas	1.367	-
Ministérios	1.367	-

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas às Forças Armadas, Secretarias vinculadas à União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) e pelos Aluguéis e Locações de equipamentos a ministérios, entidades governamentais e empresas das quais a União é o controlador. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

b) Refere-se a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa sobre o Contas a Receber pelo fornecimento de Serviços de Comunicações e Multimídia (SCM), bem como Aluguéis e Locações de Equipamentos. Do montante estimado, R\$ 22.437 refere-se ao contrato nº 10/2013-MC, celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações, cujo objeto

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia, que se encontram pendentes de recebimento e passaram a integrar o patrimônio da Telebras, quando da incorporação da Telebras Copa.

c) Trata-se de cauções realizadas junto a órgãos públicos para prestação de serviços, conforme contratos firmados.

d) Trata-se de dividendos a receber referente à participação societária na coligada VISIONA.

e) Refere-se à contratação de garantia estendida dos equipamentos vinculados ao projeto SGDC. O prazo contratual é de dois anos com vigência de 08 de dezembro de 2021 a 08 de dezembro de 2023. O valor contratado pelo serviço foi de R\$ 21.595.

f) Representa valores a pagar a fornecedores de bens e serviços.

g) Refere-se à captação de financiamento realizado junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor original de R\$ 240.380 (R\$ 193.702 em 31 de dezembro de 2021). O objetivo do financiamento foi de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)). (Nota Explicativa 23.1)

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O financiamento possui três aditivos, cujo teor se referiu ao alongamento do prazo para início da amortização do principal e suspensão do pagamento de juros, alteração do vencimento do contrato e estabelecimento de compensação financeira em função da prorrogação. (Nota Explicativa 23.1)

h) Representa receitas recebidas antecipadamente de órgãos governamentais (Ministério da Defesa e Ministério das Comunicações) por serviços a serem prestados pela Telebras, conforme acordos contratuais.

i) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias da Rede Terrestre, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e Projeto de Cabos Submarinos.

j) Representa os custos com compartilhamento de instalações. Estes custos incluem: Cessão de Fibras, Postes e Espaços Físicos, que se encontram vinculados a prestações dos serviços.

k) Trata-se de custos com Meios de Conexão e Transmissão necessários à prestação dos serviços. Estes custos incluem: Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), Locação de Postes, Locação de Dutos e Condutos e *Backbone*.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

l) Representa a apropriação mensal dos custos incorridos com a contratação da garantia estendida para cobertura dos equipamentos do projeto SGDC, conforme item “e”.

m) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal sob a forma de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) da Companhia e sobre os empréstimos e financiamentos captados junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para aplicação no projeto SGDC. Sobre o financiamento FINEP incidem encargos financeiros com base na Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano e com possibilidade de redução em 2% (dois por cento) ao ano, em caso de não haver inadimplência. Os recursos de AFAC têm como indexador a SELIC.

n) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet). Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

o) Refere-se à receita obtida com a prestação dos Serviços de Aluguéis e Locações de Equipamento e Capacidade Satelital. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

p) Trata-se da receita dos serviços prestado ao MCOM relativas ao programa Wi Fi Brasil.

32.3. Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados segue os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela Telebras, em rigorosa observância ao que determina a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.

Em 31 de março de 2022, a maior e a menor remuneração que foram pagos aos empregados do quadro de pessoal da Companhia, referente ao mês, foram de R\$ 27.448,82 e R\$ 3.404,40, respectivamente (R\$ 27.448,82 e R\$ 3.404,40 em dezembro de 2021, respectivamente). O salário médio foi de R\$ 11.779,67 (R\$ 12.027,19 em dezembro de 2021).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de março de 2022, foi de R\$ 38.748,78 (R\$ 38.748,78 em dezembro de 2021), a menor foi de R\$ 35.226,16 (R\$ 35.226,16 em dezembro de 2021) e a média foi de R\$ 35.930,68 (R\$ 35.930,68 em dezembro de 2021).

Devido à caracterização como estatal dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Telebras aplica a seus empregados e dirigentes o teto remuneratório constitucional previsto no art. 37, inciso XI e § 9º, da Constituição Federal.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações:	31/03/2022	31/03/2021
Pagamento de Tributos Federais/Estaduais através de Compensação de Créditos	11.828	25.182
Permutas não monetárias entre a Telebras e Empresas Parceiras	4.348	5.172

34. EVENTOS SUBSEQUENTES**34.1. Autorização para aumento de capital**

Em 14 de abril de 2022, foi publicado no Diário Oficial da União, o Decreto nº 11.046, de 13 de abril de 2022, que autoriza o aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 367.159, relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital realizados pela União. A partir da publicação do decreto, o Conselho de Administração da Companhia irá se reunir em data a ser definida para avaliar as condições do aumento de capital autorizado.

Brasília DF, 11 de maio de 2022

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente

LUIS FERNANDO DE FREITAS ASSUMPÇÃO
Diretoria Técnico-Operacional

MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA
Diretoria Administrativo-Financeira

MARCOS BAFUTTO
Diretoria Comercial

**JOSÉ MARIA JUNQUEIRA SAMPAIO
MEIRELLES**
Diretoria de Governança e de Relações com
Investidores

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA
Contador CRC/DF 008412/0-9

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR)

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRAS
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRAS (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa no 12, a Companhia participa do capital social da coligada Visiona Tecnologia Espacial S/A com 49%. As demonstrações contábeis de 31 de março de 2022 desta coligada foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 29 de abril de 2022, contendo parágrafo de ênfase ressaltando que as transações da coligada ocorreram com partes relacionadas e, portanto, o resultado de suas operações poderia ser diferente caso essas operações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP

Conforme mencionado na nota explicativa no 16, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no passivo circulante e não circulante em 31 de março de 2022, o valor de R\$ 2.054 mil e R\$ 22.903 mil, respectivamente, apurado a partir da definição do universo dos colaboradores que fazem jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa no 22, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.618.944 mil em 31 de março de 2022. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, concedido pela União, o qual é corrigido pela taxa Selic e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União.

Inclusão nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

Conforme nota explicativa no 1.3, a Companhia foi declarada dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme sanção da Lei no 13.978 de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA).

A LOA e demais atos normativos em vigor obrigaram a Companhia a utilizar simultaneamente a contabilidade privada e pública. A inclusão no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social também impossibilita a Companhia de utilizar os recursos de Investimento disponíveis em caixa.

Outros Assuntos

Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de maio de 2022.

Paulo Sergio da Silva	Irineu Homan
Contador CRCPR No 029.121/O-0 S-DF	Contador CRCPR No 043.061/O-0 S-DF

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR No 2906/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022.

Em atendimento ao disposto no art. 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes CONSULT - Auditores Independentes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais do trimestre findo em 31 de março de 2022 da Telebras, e;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias individuais do trimestre findo em 31 de março de 2022 da Telebras, na 1654ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, realizada em 11 de maio de 2022.

Brasília, 11 de maio de 2022.

Marcos Bafutto
Diretor Comercial
Diretoria Comercial

Luis Fernando de Freitas Assumpção
Diretor
Diretoria Técnico-operacional

José Maria Junqueira Sampaio Meirelles
Diretor
Diretoria de Governança e Relações com Investidores

Jarbas José Valente
Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro Interino
Presidência

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022.

Em atendimento ao disposto no art. 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes CONSULT - Auditores Independentes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais do trimestre findo em 31 de março de 2022 da Telebras, e;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias individuais do trimestre findo em 31 de março de 2022 da Telebras, na 1654ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, realizada em 11 de maio de 2022.

Brasília, 11 de maio de 2022.

Marcos Bafutto
Diretor Comercial
Diretoria Comercial

Luis Fernando de Freitas Assumpção
Diretor
Diretoria Técnico-operacional

José Maria Junqueira Sampaio Meirelles
Diretor
Diretoria de Governança e Relações com Investidores

Jarbas José Valente
Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro Interino
Presidência